



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 32- Nº 611 - DE 7 A 21 DE JUNHO DE 2020 - R\$ 4,00



Levante nos Estados Unidos, um exemplo a ser seguido

**Juventude oprimida passa por cima da
política burguesa de isolamento social**

**• racismo será abolido pela
revolução proletária**

PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES DE RUA CONTRA O GOVERNO BOLSONARO

Responder às ameaças dos ultradireitistas fascizantes, levantando as reivindicações da classe operária e demais explorados. Que as direções sindicais rompam com a política de conciliação de classes. Que os sindicatos convoquem as assembleias em todo o País. Que as assembleias aprove um plano de emergência próprio dos explorados. Formar os comitês de base, para unir empregados e desempregados. Constituir a frente única de luta nacional, sob a direção da classe operária.

Lutemos sob a estratégia do governo operário e camponês

Somente com a organização independente e mobilização massiva, os trabalhadores podem se defender

A política burguesa de isolamento social gestou a propaganda de que a total paralisia dos explorados era e é a única forma de se defender da pandemia. No fundo, se encontram os interesses da burguesia em interromper a luta de classes, que vinha se desenvolvendo em inúmeros países. A burocracia sindical, em toda a parte, abraçou essa causa burguesa, como se fosse o caminho da real defesa da vida dos pobres e miseráveis. As correntes de esquerda, via de regra, seguiram os passos dos burocratas conciliadores e traidores. Ou assumiram, abertamente, a política burguesa de isolamento social, ou ocultaram sua posição, evitando caracterizar e atacar o seu conteúdo de classe.

A juventude norte-americana, negra e branca, comparece unida, impulsionada pelo desemprego, subemprego e pobreza. A importância desse levante está em que as massas mobilizadas mostram que não se deve desorganizar e deixar de lutar em meio à mortífera pandemia. Mostram, por outro lado, que o estilhaçamento da classe operária e demais explorados, provocado pela política burguesa do isolamento social, serviu apenas aos interesses econômicos e de dominação da burguesia. Fica patente que o temor e o medo coletivos são paralisantes.

As consequências dessa política, depois de mais três meses de pandemia, são: 1) os mais pobres pagaram e pagam com a vida; 2) os assalariados perderam empregos e tiveram redução salarial; 3) os trabalhadores informais se depararam com a miséria e a fome; 4) os estudantes se viram arregimentados pelo ensino a distância; 5) os governos aproveitaram para avançar a escalada repressiva; 6) os capitalistas se valeram da situação adversa ao proletariado para ampliar a flexibilização do trabalho; 7) a burocracia sindical cumpriu seu papel colaboracionista, contribuindo com os acordos antioperários; 8) ideologicamente, se injetou na população a farsa de que trabalhadores e patrões estavam do mesmo lado, sofrendo os mesmos efeitos das crises econômica e sanitária.

Uma parte da classe operária e demais explorados foi empurrada para o isolamento social, não podendo, assim, se defender com sua política de classe oprimida. E a outra parte teve de ir ao trabalho, correndo o risco da contaminação, e tendo de se submeter à redução salarial e perda de direitos. A classe operária e demais explorados, como se vê, foram submetidos a uma camisa de força, enquanto a burguesia manipulava os acontecimentos da pandemia para se

preservar das múltiplas consequências.

Há algumas semanas, ainda imperava a orientação burguesa de não se manifestar coletivamente, para não quebrar o isolamento social. Isso quando o poder econômico já vinha impondo a retomada da “normalidade”. É certo que, em plena vigência do isolamento parcial, ocorreram manifestações isoladas dos trabalhadores da saúde, e greves em função dos atrasos salariais e demissões. Indicaram a necessidade latente de se defenderem com as reivindicações e métodos próprios da luta de classes.

Em vários países, esse embrião se evidenciou. O rompimento da inércia e da política burguesa de isolamento social se deu nos Estados Unidos. As massas jovens ocupam as ruas das principais cidades, em todo o País, há 11 dias. Tudo indica que ainda se estenderá, reagindo bravamente ao cerco policial. Mais uma vez, o assassinato de um trabalhador negro pela polícia provoca uma explosão social de grande magnitude. Por mais que se procure ater ao racismo, que resulta em violência cotidiana aos negros, sabe-se que, desta vez, o movimento de protesto expressa

as raízes de classe da opressão.

A juventude norte-americana, negra e branca, comparece unida, impulsionada pelo desemprego, subemprego e pobreza. A importância desse levante está em que as massas mobilizadas mostram que não se deve desorganizar e deixar de lutar em meio à mortífera pandemia. Mostram, por outro lado, que o estilhaçamento da classe operária e demais explorados, provocado pela política burguesa do isolamento social, serviu apenas aos interesses econômicos e de dominação da burguesia. Fica patente que o temor e o medo coletivos são paralisantes. Uma das faces do isolamento social foi o de aterrorizar a população, impossibilitar qualquer lampejo de consciência social e política, bem como individualizar os riscos e culpabilizar aqueles que, não podendo se manter no isolamento, voltam às ruas para ganhar o pão de cada dia.

A revolta contra o assassinato de George Floyd pelo policial branco Derek Chauvin rompeu o temor e o medo, colocados a serviço dos governos e da burguesia. Os batalhões de jovens se vestiram com as máscaras de proteção e superaram as pressões políticas e policiais. A causa dos oprimidos se mostra maior e mais poderosa que o medo

individualizado, imposto à população. Não há um só pingão de aventura, irresponsabilidade social e leviandade. Ao contrário, as massas encarnam as necessidades prementes e assumem a responsabilidade, saindo em luta contra a burguesia branca e seus governos. Em nenhum momento, temeram a ameaça de Trump de intervir com as Forças Armadas, para esmagar as supostas ações terroristas.

Os burocratas sindicais e esquerdistas brasileiros, aterrorizados, serviram de porta-vozes da política burguesa do isolamento social, acusando de irresponsáveis aqueles que defenderam, desde o início, que somente a classe operária organizada e mobilizada poderia tomar em suas mãos as respostas à pandemia e suas consequências.

O movimento das massas norte-americanas mostrou o caminho da luta. Os explorados e a juventude do mundo todo foram surpreendidos com a revolta na mais poderosa potência. Isso quando ainda prevalecia a recomendação governamental de não se manifestar e resguardar o isolamento social. O risco de contaminação existe. Os manifestantes não o desconhecem. Os Estados Unidos se tornaram o epicentro da pandemia. Mais de 150 mil mortos. Destes, a maioria é de negros, imigrantes latinos, pobres e miseráveis. Ficou claro que o governo Trump, governadores e a burguesia não foram capazes de proteger aqueles que mais precisavam. As demissões e o desemprego explodiram em poucas semanas. As massas viram que não enfrentavam apenas o risco do coronavírus, mas um conjunto de riscos interligados. Essas condições trágicas levaram as massas às ruas, e ao persistente enfrentamento ao Estado policial.

O exemplo de combate ascendeu o pavio dos protestos em várias partes do mundo. Chamaram a atenção, as massivas manifestações na Europa. Esses exemplos devem ser seguidos no Brasil e na América Latina. Passamos dos 35 mil mortos, e a escalada continua ascendente. Também aqui morrem pobres e miseráveis, na sua maioria de negros. O isolamento social foi rompido pelo poder econômico. Os governadores acabaram se curvando, aproximando-se da orientação de Bolsonaro. E os burocratas sindicais continuam com o palavreado de proteção à vida. Começam a se movimentar, diante da divisão interburguesa e da crise de governabilidade. Em vez de iniciar, imediatamente, a organização do movimento operário, para responder à crise sanitária, demissões, desemprego e redução salarial, agarram-se à bandeira abstrata da democracia, e do impeachment de Bolsonaro. Isso sabendo que a única forma de combater consequentemente o governo militarista e fascizante é reorganizando os explorados sobre a base de um plano próprio de emergência, e oposto a todos os planos de

emergência de Bolsonaro, governadores e Congresso Nacional.

Os explorados – negros e brancos – estão em uma encruzilhada. Ou ganham as ruas, ou continuarão sofrendo as brutais consequências da pandemia e da crise econômica. Ou enfrentam a burguesia e seus governos, com sua política e estratégia própria de poder, que é a do governo operário e camponês, ou sofrerão ainda mais com a barbárie social, que avança com o processo de desintegração mundial e nacional do capitalismo.

As manifestações de 31 de maio, em São Paulo e Rio de Janeiro, embora embrionárias e carentes das reivindicações proletárias, são os primeiros sintomas da necessidade de romper a paralisia. Repetimos, imposta pela política burguesa do isolamento social. Não se pode ter dúvida de que teremos nosso estopim, como tiveram os Estados Unidos. Não se deve, no entanto, esperar por ele. A vanguarda com consciência de classe está diante da tarefa de combater pelas reivindicações dos explorados. Trabalhar pela convocação assembleias, para organizar o movimento nacional, e retomar os elos das greves gerais de 2017 e 2019. Retomar as grandes manifestações rua. Erguer a democracia operária, por meio das assembleias e da organização de comitês de base por todo o País. Desenvolver no interior da classe operária o programa e a estratégia da revolução proletária. Vincular nossa luta com a luta internacional dos explorados. Esse é o caminho para derrotar o governo ultradireitista, militarista, golpista e fascizante.

Viva a retomada da luta dos explorados nos Estados Unidos e em todo o mundo!

Retomar, no Brasil, a luta local, regional e nacional, sob um plano de emergência próprio dos explorados!

Enfrentar, imediatamente, as demissões, desemprego, subemprego e quebra de direitos!

Acabar com os acordos de redução salarial e quebra de direitos, assinados pelos sindicatos!

Pôr abaixo as Medidas Provisórias de Bolsonaro, governadores e Congresso Nacional, que sacrificam a vida da maioria oprimida e protege os interesses dos capitalistas!

Crise política

Não confundir a política da classe operária com a política da oposição burguesa

27 de maio de 2020

A destituição do ministro da Justiça, Sérgio Moro, expôs a enorme amplitude da crise política. Trata-se do fracasso do governo ultradireitista, que aspirava colocar-se por cima das frações burguesas, parlamento e judiciário. Não por acaso, Bolsonaro, desde o início, conferiu ao seu governo uma feição militarista. A crise econômica, que não foi debelada na ditadura civil de Temer, golpeou os objetivos governamentais de Bolsonaro, já no primeiro ano de seu mandato. A queda de Moro, porém, se distingue por romper, definitivamente, a aliança de uma ala da direita com a ultradireita. É nesse marco que a oposição burguesa reformista procura se potencializar, sob a máscara da defesa da vida dos explorados e da economia do País.

A frente burguesa de centro, direita e ultradireita garantiu a existência de Temer, para, finalmente, ser substituído por um governo legitimado pela formalidade do voto popular. A justificativa de sua existência se concentrou na reforma trabalhista. Essa foi a grande contribuição do golpe de Estado e do governo Temer aos interesses da burguesia.

O país está diante da decomposição do governo militarista e fascizante. A direita liberal procurou utilizar a ascensão da ultradireita, encarnada por Bolsonaro, para impulsionar a diretriz das contrarreformas, antinacionais e antipopulares. O pivô da aliança foi o ministro da Economia, Paulo Guedes, um representante do capital financeiro, portanto, do ultraliberalismo. Foi decisivo, para a vitória de Bolsonaro, o apoio da direita, encabeçada pelo governador de São Paulo, João Doria, PSDB. Nesse mesmo sentido, encaixa-se o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, embora seu partido, o PSC, não tenha relevância nacional, principalmente, se comparado com o PSDB. Ambos se afastaram prematuramente de Bolsonaro, diante da constatação de que não teriam um lugar de destaque junto ao governo federal. Tanto um quanto o outro aspira à presidência da República. O que os rivalizam eleitoralmente. O afastamento dos governadores de São Paulo e Rio de Janeiro se concluiu com a ruptura no quadro da crise pandêmica. A queda de Moro, distintamente da dos demais ministros, entre eles Luiz Henrique Mandetta, da Saúde, desequilibrava as relações entre a ultradireita, direita e centro-direita. Os atuais embates evidenciam a heterogeneidade do campo da direita burguesa.

O governo de Bolsonaro só foi possível devido à derrubada do governo do PT, que ocupa o lugar da esquerda burguesa. O movimento do impeachment contra Dilma Rousseff uniu todas as tendências do centro, direita e ultradireita. Apoiando-se na classe média, a frente burguesa golpista esperava cumprir as orientações do capital financeiro, e estabilizar a situação econômica, que

se decompôs, desde a crise mundial de 2008, cujos reflexos mais violentos se manifestaram na recessão de 2015-2016. O impeachment se confirmou como um instrumento de troca de governo burguês pela via de um golpe institucional, que não necessita da intervenção direta das Forças Armadas, como a que ocorreu com o golpe militar de 1964, embora estas o tenham referendado. A justificativa de se recorrer a tal medida traumática foi a de restabelecer a ordem econômica, política e moral. Os fatos posteriores puseram à luz do dia essa impostura burguesa. A ditadura civil de Temer não deu um só passo nesse enunciado. Ao contrário, cumpriu a função de um governo de transição, mergulhado na fossa da corrupção, incapaz de retomar o crescimento econômico e de melhorar um centímetro que fosse as condições de miserabilidade da maioria oprimida. A frente burguesa de centro, direita e ultradireita garantiu a existência de Temer, para, finalmente, ser substituído por um governo legitimado pela formalidade do voto popular. A justificativa de sua existência se concentrou na reforma trabalhista. Essa foi a grande contribuição do golpe de Estado e do governo Temer aos interesses da burguesia. Há, no entanto, uma outra face desse processo. Temer reconstituiu o aparato militar e de segurança policial, que havia sido desestruturado, mas não banido, com o fim da ditadura militar. É bom recordar a intervenção federal no Rio de Janeiro, que colocou o governo do estado nas mãos do general Walter Souza Braga Netto. Hoje, ministro da Casa Civil de Bolsonaro.

As frações burguesas e suas variadas expressões políticas se frustraram, diante da rejeição popular ao candidato da direita, ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, às eleições presidenciais, de outubro de 2018. O candidato da ultradireita, o ex-capitão do Exército, Jair Bolsonaro, se potenciou no quadro da crise política do governo Temer, que acabou expondo a podridão do MDB, PSDB e DEM. Apesar dos escândalos que envolveram o PT, e, com ele, a prisão de Lula, a ascendência eleitoral do reformismo sobre uma importante parcela da população oprimida evidenciou que ainda tem um papel a cumprir a serviço da burguesia. Em outras palavras, o esgotamento do reformismo não se concluiu. Sob o governo Temer, o PT permaneceu, em grande medida, isolado. Não foi capaz de se destacar como oposição, embora a crise política se tenha agravado com as denúncias da Procuradoria Geral da República, PGR, que apresentou provas concretas da bandidagem de Temer e sua camarilha. Ocorre que as denúncias de corrupção contra o governo do PT, processos e prisões de alguns de seus principais dirigentes atingiram as ilusões de uma parcela considerável dos explorados no reformismo.

A derrocada do candidato da direita, a disputa do PT com o candidato da ultradireita e o bom desempenho de Fernando Haddad oxigenaram as hostes petistas. A crise prematura do governo Bolsonaro permitiu a quebra gradativa de seu isolamento. O PT procurou se aproximar de todas as variantes que se apresentassem como oposição a Bolsonaro. Abandonou a caracterização

eleitoral de que o País estava diante da iminência do fascismo. Voltou a bater na tecla da defesa em abstrato da democracia. Mostrou-se incapaz de pôr em pé um movimento contra a reforma da Previdência. Foi responsável pela traição da CUT e demais centrais à greve geral de junho de 2019. Procurou, assim, mostrar à burguesia a importância de sua política de colaboração de classes. Por esse caminho, o PT foi se reabilitando.

A manifestação da pandemia no Brasil acelerou a crise política. A divisão interburguesa em torno ao isolamento social permitiu ao PT recuperar parte de seu patrimônio político no interior da oposição burguesa, que se ampliou com a desintegração da aliança no campo da direita e ultradireita. O PT se aproximou da direita burguesa, que se levantou como oposição à linha de Bolsonaro, contrária à dos governadores quanto ao isolamento social. Nota-se uma importante mudança na situação política, em que o governo Bolsonaro caminhou para o isolamento, cada vez maior, sustentando-se, principalmente, nos militares, policiais, alguns grupos empresariais e camadas da classe média alta. Cresceu, por outro lado, a oposição de expressivos setores da burguesia, de maneira que Bolsonaro passou a ser acuado pela grande imprensa. A exoneração de Mandetta, a escandalosa reunião ministerial de 22 de abril, e a renúncia de Moro alentaram a oposição de centro-esquerda a pleitear o impeachment do presidente. Internamente, o PT abriu a discussão sobre a bandeira do “Fora Bolsonaro” e do impeachment. Em seguida, a maioria das correntes de esquerda aderiu à bandeira do impeachment, dando expressão institucional ao “Fora Bolsonaro”.

A ideia de Fernando Henrique Cardoso, de que Bolsonaro deveria renunciar por incompetência e entregar a presidência ao vice, Hamilton Mourão, avivou as hostes oposicionistas, da direita à esquerda reformista. As correntes de esquerda centristas, por sua vez, viram a oportunidade de propagandear o “Fora Bolsonaro”. Como não poderia deixar de ser, o oportunismo agregou o “Fora Mourão”. Repete-se o diapasão do “Fora Temer”. Os centristas, que têm por característica esquerdizar a posição dos reformistas, não refletiram, minimamente, sobre o significado de seu apoio ao movimento parlamentar pelo impeachment, que passou a ser liderado pelo PT. Não há dúvida de que essa bandeira burguesa expressa a profundidade da crise política, que se ampliou com a saída de Moro, atirando contra seu padrinho político.

A divulgação da reunião ministerial jogou combustível na fogueira da crise política. O conflito em torno à denúncia de Moro sobre a interferência de Bolsonaro na Polícia Federal, com objetivo de proteger seus filhos, acusados de corrupção e vínculo com as milícias do Rio de Janeiro, ganhou uma maior proporção, diante da fala do ministro da Educação, de que se deveria prender os “vagabundos” do Supremo Tribunal Federal (STF). Abraham Weintraub ecoou na reunião os gritos golpistas dos bolsonaristas, pedindo o fechamento do STF e do Congresso Nacional. Na realidade, a reunião, como um todo, transpareceu a incapacidade de Bolsonaro e seus militares de disciplinarem os demais poderes da República. Se tivesse força política, Bolsonaro já teria imposto a centralização burocrático-militar, tipicamente bonapartista.

A manifestação da pandemia no Brasil acelerou a crise política. A divisão interburguesa em torno ao isolamento social permitiu ao PT recuperar parte de seu patrimônio político no interior da oposição burguesa, que se ampliou com a desintegração da aliança no campo da direita e ultradireita.

A reunião ministerial foi o retrato da impotência deste governo, que não reuniu as condições econômicas e políticas para reverter a crise de governabilidade, instaurada desde o naufrágio do governo Dilma Rousseff. A pandemia o deixou à deriva. Ampliaram-se os conflitos institucionais, em torno às medidas de enfrentamento ao coronavírus, principalmente no que diz respeito à formulação da política burguesa baseada no isolamento social. Bolsonaro se viu diante do despertar das contradições históricas da estrutura federativa, sobre a qual se assenta o Estado Nacional. Os adjetivos e os impropérios, lançados contra os governadores de São Paulo e Rio de Janeiro, traduziram o desespero do presidente da Repú-

blica, por não conseguir se impor como força centralizadora, capaz de esmagar as manifestações de autonomia federativa dos estados. Desde o início da pandemia, Bolsonaro e a maior parte dos governadores se colocaram em posição de confronto, potenciando as forças centrífugas inerentes à política burguesa, assentada na centralização burocrático-militar.

O fim da ditadura dos generais, em 1985, e a democratização reataram velhos conflitos federativos, sob uma nova roupagem, condicionados pelo desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo atrasado e semicolonial. Na presente situação, os dois estados mais poderosos do País – São Paulo e Rio de Janeiro – procuraram conduzir as respostas à pandemia. O fato de contar com o apoio de vários governadores do Nordeste e Norte enfraqueceu o governo federal. A enxurrada de pedidos de impeachment, cada partido com o seu, PDT, PSB, PSOL, Rede, PV, e o da frente encabeçada pelo PT (PT, PSOL, PCdoB, PCB, PCO, UP, PSTU), incomodou Bolsonaro pelo fato de ter aberto um campo de coalizão, que poderá se estender, caso a crise política leve a uma maior desintegração do governo.

As negociatas do núcleo militar do governo com partidos e políticos do “Centrão” se tornaram uma contingência, para assegurar a governabilidade diante do período pós-pandemia, que será de avanço da crise econômica e social, bem como montar uma trincheira anti-impeachment no Congresso Nacional. A ameaça golpista proferida pelo chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, apoiado pelo ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, seguido de um Manifesto de militares da reserva, elevou a temperatura dos atritos com o STF. A negativa peremptória de Bolsonaro de não entregar o celular presidencial à justiça criou um impasse, que deve ser resolvido pelo Procurador-Geral da República, Augusto Aras. Tudo indica que o escarcéu sobre a interferência do presidente na Polícia Federal morrerá nas mãos de Aras, cuja indicação ao cargo foi feita a dedo por Bolsonaro.

A espetacular ação da PF no Rio de Janeiro contra o governo Witzel, acusado de corrupção na instalação de hospitais de campanha e compra de equipamentos, é mais um episódio do conflito federativo. A firmeza com que Witzel denunciou Flávio Bolsonaro, e a atitude contemplativa da Polícia Federal diante de provas existentes do seu vínculo com o esquema de corrupção na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, indicam que as tendências centrífugas continuam a operar como poderosa força desintegradora da política burguesa. Apesar da operação policial ter sido autorizada pelo

Supremo Tribunal de Justiça (STJ), não há dúvida de que expressou uma contraofensiva do núcleo militar do governo Bolsonaro.

O descontentamento de setores da burguesia com Bolsonaro, no entanto, não chega ao ponto de apoiarem o impeachment. Essa bandeira se circunscreve à oposição de centro-esquerda. Os partidos orgânicos da burguesia oligárquica – MDB, PSDB e DEM – não estão pela radicalização da crise política. O que, certamente, ocorreria, se o impeachment ganhasse corpo no parlamento e nas instituições judiciais. O maior risco do governo Bolsonaro se encontra na investigação do vínculo de seu filho, Flávio Bolsonaro, com as milícias do Rio de Janeiro. A intervenção na Polícia Federal tem o objetivo de impedir que as forças opositoras do Estado acabem por cercar Bolsonaro, por meio de revelações que tornariam sua continuidade na presidência insustentável. A ação dos ministros militares procura proteger o calcanhar de Aquiles do presidente. A ameaça do general Heleno colocou uma espada de Dâmoques sobre o judiciário. É difícil prever os próximos elos da crise política, que tende a se agravar com a quebra econômica do País.

Não será nesse terreno institucional burguês que as massas enfrentarão o governo Bolsonaro. Ao contrário, se forem canalizadas por essa política, renunciarão às suas reivindicações, métodos e estratégia própria. É dever da vanguarda com consciência de classe rejeitar, denunciar e rechaçar a frente oposicionista burguesa, ao mesmo tempo em que organiza a luta contra o governo Bolsonaro e o conjunto das forças burguesas, que descarregam a desintegração do capitalismo sobre a maioria oprimida.

Embora a crise política esteja em pleno desenvolvimento – quase que diariamente há um fato que complica a governabilidade –, a sobrevivência de Bolsonaro não está ameaçada. Enquanto perdurar a pandemia, as forças burguesas em conflito se limitarão à tática do desgaste eleitoral. O impeachment e o “Fora Bolsonaro” não ultrapassam esse limite. Nota-se que não há sequer unidade no campo da centro-esquerda, que utiliza a figura do crime de responsabilidade para aparecer nos noticiários, que maciçamente estão contra Bolsonaro. A experiência da cassação de dois mandatos, Collor e Dilma, mostra que o impeachment depende da constituição de uma ampla frente burguesa e mobilização da classe média. A classe operária se desintegrou com o isolamento social. Volta aos poucos ao trabalho, temerosa e desorganizada.

O palavreado esquerdista, de que se trata de tirar Bolsonaro e Mourão para defender os explorados diante do avanço da pandemia, chega ao absurdo, uma vez que a classe operária e demais oprimidos se encontram completamente desorientados, sem saber se os empregos serão garantidos. A posição de que a tarefa do momento é a de levar para as massas a bandeira do “Fora Bolsonaro” cai no vazio. Os esquerdistas não fazem questão de explicar o mecanismo e o conteúdo do impeachment, que é a via de realizar o “Fora Bolsonaro”. Não podem admitir que o impeachment é uma bandeira burguesa, cuja função tem sido a de servir ao golpe de Estado. E o “Fora Bolsonaro”, eleitoral. Quixotesicamente, querem fazer crer que são a linha de frente da luta contra o governo ultradireitista. Acabaram por se unir por trás do PT em torno ao pedido de impeachment.

As centrais sindicais selaram essa unidade, sob a bandeira “Pela vida, democracia, emprego e renda. Fora Bolsonaro!” Ocul-

tam que seus sindicatos colaboraram com a aplicação da MP 936, realizando acordos de redução salarial. Não fizeram nenhuma campanha contra as demissões e pelos empregos. Refugiaram-se nas “manifestações virtuais”. Adaptaram sua política e suas bandeiras à divisão interburguesa em torno ao isolamento social, alinhando-se aos governadores, como se fosse o caminho para defender a vida dos explorados e combater o governo Bolsonaro. Não reconheceram que a limitação e o fracasso dessa medida se deveram, em última instância, ao poder econômico. As centrais passaram a colocar cartazes pelo “Fora Bolsonaro”, seguindo o rastro da divisão interburguesa. Durante os três meses de pandemia, não combateram o governo, Congresso Nacional e governadores com as bandeiras da classe operária, contra a redução salarial e as demissões. Utilizaram o 1º de Maio virtual para dar voz a representantes da burguesia. Como se vê, o PT, seus aliados, os esquerdistas oportunistas, as centrais e os movimentos terminaram por se unir, sob a bandeira burguesa do impeachment. Negaram-se a responder com a política da classe operária à pandemia,

assim que essa foi anunciada, desmontando o “Dia Nacional de Luta”, 18 de março. Agora, que o isolamento social se esgotou como política burguesa e os assalariados voltam ao trabalho, armam um canal para manter a atenção dos explorados na política da oposição burguesa, embandeirada com o impeachment.

Não será nesse terreno institucional burguês que as massas enfrentarão o governo Bolsonaro. Ao contrário, se forem

canalizadas por essa política, renunciarão às suas reivindicações, métodos e estratégia própria. É dever da vanguarda com consciência de classe rejeitar, denunciar e rechaçar a frente oposicionista burguesa, ao mesmo tempo em que organiza a luta contra o governo Bolsonaro e o conjunto das forças burguesas, que descarregam a desintegração do capitalismo sobre a maioria oprimida. É imprescindível não confundir a frente de esquerda pelo “Fora Bolsonaro” e impeachment como sendo expressão da política da classe operária. Como expressão da política burguesa de oposição, deve ser denunciada em sua política de conciliação de classes. O governo burguês de Bolsonaro, bem como as variantes oposicionistas, que trabalham por substituir um governo dos capitalistas por outro, serão combatidos pelos explorados com seu plano de reivindicações e a luta de classes. A estratégia de combate a qualquer governo burguês é a do governo operário e camponês, expressão da ditadura de classe do proletariado.

A tarefa do momento é a de preparar a classe operária para sua volta ao trabalho, para defender os empregos, salários e direitos trabalhistas. Retomar a democracia operária, convocando as assembleias. Defender os empregos, salários e condições médico-hospitalares. Aprovar um plano próprio de emergência, que de fato proteja a vida da maioria oprimida. Derrubar as medidas antinacionais e antipopulares de Bolsonaro, Guedes, Doria e Maia. Pôr em pé um movimento nacional, organizado desde as bases. Construir os comitês de defesa das condições de existência dos explorados. Constituir uma frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária. Assim, combater o governo burguês ultradireitista, de Bolsonaro, com o plano de emergência, a organização independente e os métodos da luta de classes.

Ameaças de Bolsonaro

Condições para um golpe militar

1 de junho de 2020

Embora ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), parlamentares e imprensa tenham qualificado de retórica incendiária o pronunciamento golpista do presidente da República, o fato merece explicação do ponto de vista da política do proletariado. Qualquer que seja o anúncio de intensão ditatorial deve ser levado a sério.

Regime democrático e regime militar são duas formas de funcionamento do Estado burguês. São variantes do exercício da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria oprimida. Seja a democracia, seja a ditadura militar, trata-se da necessidade da burguesia de manter sua dominação de classe. É bom esclarecer esse fundamento, porque os reformistas condenam a ditadura militar e exaltam a democracia como se não fossem dois regimes alicerçados na mesma premissa do exercício da ditadura de classe de uma minoria capitalista sobre a maioria explorada. É obrigatório esclarecer também que a ditadura militar elimina as liberdades políticas e sindicais. E que na democracia essas liberdades estão condicionadas ao desenvolvimento da luta de classes.

Constatamos essa formulação no passado, quando, no final dos anos de 1970, o regime instalado em 1964 se descompunha, e a própria burguesia se desparava com a contingência de mudá-lo, sob o rótulo de “redemocratização”. O movimento pelas “Diretas Já”, de 1983 e 1984, a transição por meio de um governo negociado entre as forças burguesas e os militares, e as eleições presidenciais de 1989 formaram um período de pré-democratização. É necessário recordar que o candidato Fernando Collor – um oligarca conhecido apenas em seu estado, Alagoas – somente venceu as eleições contra o candidato popular Luiz Inácio Lula da Silva, porque a rede Globo armou a denúncia, dias antes do segundo turno, de que o PT estava por trás da ação terrorista de um grupo chileno, que sequestrou Abílio Diniz, dono do Pão de Açúcar. O primeiro presidente eleito, depois de 21 anos de ditadura militar e 4 anos de transição, foi derrubado por impeachment, em 1992. Governou, portanto, por menos de dois anos.

O impeachment de Collor foi saudado como um sinal de fortalecimento da democracia, quando, na realidade, representou o contrário. O impeachment é uma forma de golpe de Estado, porque cassa o voto da maioria que elegeu o presidente. Em outras palavras, as massas não têm poder de revogar o mandato do presidente que elegeu. As forças que cassam o mandato são expressões da política burguesa, que se sobrepõem à vontade popular. A posse do vice-presidente, Itamar Franco, que formou um governo de “união nacional”, serviu

de transição para dar lugar à eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994. Neste governo, se aprovou uma Emenda Constitucional, em 1997, que introduziu a reeleição. A população ficou à margem dessa decisão. A via antidemocrática de dar ao presidente a possibilidade de permanecer no poder teve o agravante de que foi denunciada a compra de votos de parlamentares, para garantir a aprovação da Emenda Constitucional. O segundo mandato de Fernando Henrique foi de profunda crise econômica e política. Apresentaram-se cerca de 16 pedidos de impeachment, entre eles um encabeçado pelo PT, com total apoio de Lula. A crise de responsabilidade teve como base a corrupção no processo de Reestruturação do Sistema Financeiro (PROER), e a privatização da Telebras. Em 1999, apesar dos escândalos, Michel Temer, presidente da Câmara dos Deputados, enterrou todos os pedidos de impeachment.

O governo Lula somente não veio abaixo porque a situação econômica era de crescimento, e os capitalistas ganhavam muito dinheiro. Entre 2003 e 2006, foram apresentados mais de 20 pedidos de impeachment. O processo, que se denominou

“Mensalão”, não derrubou o governo, mas atingiu duramente a direção do PT. No centro da denúncia, esteve o deputado federal do PTB, Roberto Jefferson. O governo de Dilma Rousseff contou, desde 2011, com mais de 60 pedidos de impeachment. Não teve a sorte de Lula. A crise econômica, iniciada em 2008, bateu forte em seu governo. Constituiu-se uma ampla frente burguesa pelo seu impeachment. Dilma foi derrubada em 2016, em plena recessão e demissão em massa. Inventaram um crime de responsabilidade econômica, definido como “pedalada” fiscal. Como pano de fundo, esteve o “Mensalão”, que se desdobrou no escândalo do “Petrobrás”. A Operação Lava Jato, armada em março de 2014,

comandada por uma tropa de choque de procuradores reacionários, da estirpe de Dalton Delagnol, e amparada pelo juiz federal Sérgio Moro, foi decisiva para materializar o golpe de Estado. O vice-presidente Michel Temer foi peça fundamental para a viabilização do impeachment. O que expôs a face oculta da conspiração, levada a cabo pelo MDB, PSDB e DEM. A conspiração foi legitimada pelo Congresso Nacional e STF. É claro que tiveram ao seu lado os generais. Essas forças burguesas estiveram respaldadas pelo imperialismo, ou seja, pelos Estados Unidos.

O governo de transição de Temer não teve como estancar a crise política, que se agravou no segundo mandato de Dilma Rousseff. Cerca de 30 pedidos de impeachment foram protocolados e engavetados pelo presidente da Câmara dos Depu-

Seja a democracia, seja a ditadura militar, trata-se da necessidade da burguesia de manter sua dominação de classe. É bom esclarecer esse fundamento, porque os reformistas condenam a ditadura militar e exaltam a democracia como se não fossem dois regimes alicerçados na mesma premissa do exercício da ditadura de classe de uma minoria capitalista sobre a maioria explorada.

tados, Rodrigo Maia. Dois dos pedidos que foram encaminhados, os deputados votaram contra. O mais vergonhoso foi o episódio em que o Congresso Nacional votou contra a abertura do processo criminal (corrupção passiva, organização criminosa e obstrução da justiça), movido pela Procuradoria-Geral da República, sob a direção de Rodrigo Janot. As provas eram materiais e públicas. Meses depois dessa farsa, o juiz Sérgio Moro condenou Lula em um processo, sem provas materiais.

Observa-se que, no período pós-ditadura militar, as crises políticas percorreram todos os governos. O impeachment se tornou um recurso recorrente. Dos cinco presidentes eleitos, dois foram destituídos pela via parlamentar. Bolsonaro, no momento, conta com 36 pedidos de impeachment. São vários os crimes de responsabilidade apresentados por uma parcela da oposição e instituições civis. Comparativamente aos demais governos eleitos, o quadro da crise econômica e política é o mais complexo, amplo e agudo. A pandemia do coronavírus potenciou a desintegração econômica, e esgarçou as relações políticas da burguesia.

Passada a experiência com governos afeitos ao funcionamento parlamentar, Bolsonaro e sua camarilha buscaram pôr em pé um governo de tipo bonapartista. Expressaram a tendência objetiva de fortalecimento do Estado policial. No entanto, o bonapartismo não se compatibilizou com a orientação ultraliberal, no que diz respeito à condução econômica do País de economia atrasada, cujas forças produtivas se acham estagnadas.

A política de ajuste ultraliberal, implantada na ditadura civil de Temer, e fortalecida no governo Bolsonaro, sofreu uma interrupção e um duro golpe, com o descarrilamento fiscal e a abrupta queda econômica. A cisão entre o poder central e os poderes estaduais abriu uma enorme fenda nas relações federativas. Na aparência, o conflito se deu em torno à forma e à magnitude do isolamento social. Na essência, reavivou o problema da falência da maioria dos estados, responsáveis, junto à União e municípios, por garantir o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), depredado pelos cortes de verba. A economia, convalescente da recessão de dois anos (2015-2016), e marcada pela tendência geral à estagnação, sofrerá uma queda de mais de 5%. Se confirmados os gastos com a pandemia, a dívida pública se elevará acima de 90% do PIB. Não se sabe por quanto tempo a taxa Selic permanecerá no nível histórico mais baixo. A desvalorização do Real diante do dólar favorece as exportações, mas aumenta o valor do endividamento externo e o custo de produção de setores. A queda do preço das commodities tem de ser compensado com o aumento do volume das exportações. O desemprego e subemprego potenciam a pobreza, miséria e fome, atingindo uma parcela considerável da força de trabalho. Essas contradições internas são reflexos da decomposição mundial do capitalismo.

Bolsonaro iniciou seu governo com enorme apoio da burguesia e da classe média. O governo ultradireitista se firmou

na promessa de liquidar de vez com a política econômica do reformismo, estatismo, corporativismo e corrupção. Para isso, pretendia subordinar e disciplinar os choques interburgueses, a balbúrdia parlamentar, e o que restava de influência sindical na política eleitoral. Imediatamente, compôs seu governo estruturado em um núcleo militar, que, por sua vez, entregou quase três mil cargos a oficiais.

Passada a experiência com governos afeitos ao funcionamento parlamentar, Bolsonaro e sua camarilha buscaram pôr em pé um governo de tipo bonapartista. Expressaram a tendência objetiva de fortalecimento do Estado policial. No entanto, o bonapartismo não se compatibilizou com a orientação ultraliberal, no que diz respeito à condução econômica do País de economia atrasada, cujas forças produtivas se acham estagnadas. A orientação internacional, voltada a subordinar o País aos Estados Unidos – especificamente à política de Trump –, implicava e implica obstaculizar ainda mais a economia interna. As contrarreformas acentuam as precárias condições de existência das massas, dificultando ainda mais o mercado interno. O duro ajuste fiscal impôs cortes orçamentários, prejudicando ainda mais a intervenção econômica do Estado. Isso, sem que se livrasse, nem mesmo em parte, do gigantesco peso da dívida pública. Em síntese, o governo ultradireitista se mostrou um fator de trava à economia nacional, e de impulso à pobreza e miséria da maioria oprimida. Ao fracassar no objetivo de se constituir como governo bonapartista, a administração de Bolsonaro se tornou inviável, ampliando a crise política.

A queda do ministro da Justiça, Sérgio Moro, expôs o esgarçamento da aliança entre a direita e a ultradireita. Esgarçamento que recrudesceu o choque entre os governadores de São Paulo e Rio de Janeiro com o governo federal. O núcleo militar do bolsonarismo expôs suas limitações, ao procurar o apoio parlamentar dos partidos que formam o “Centrão”, e vincular a governabilidade a políticos notoriamente identificados com a corrupção. O fato do STF interceder nas principais ações do governo aumentou o isolamento de Bolsonaro. O acúmulo de conflitos, que se concentrou no período da pandemia, tem corroído o apoio de importantes setores da burguesia e mesmo da classe média. A vantagem, ou a sorte de Bolsonaro, está em que a classe operária e demais explorados não encontram condições para se erguer nacionalmente contra o governo. Motivos para isso, há de sobra. A luta de classes, sem dúvida, é o fator decisivo em qualquer crise de governabilidade.

Nesses marcos, de um lado, a oposição burguesa, ainda limitada ao PT e aliados, bem como ao PSB e PDT, apregoam o impeachment, ecoando o descontentamento institucional de parte da política burguesa; de outro, Bolsonaro e seus generais ameaçam com um golpe militar. É aceitável a avaliação de autoridades judiciais, politiquês e imprensa, de que se trata de uma bravata dos bolsonaristas. Mesmo assim, recorrem aos generais da ativa, para que estes deem um parecer contrário a uma aventura golpista. Pelo visto, surtiu efeito, uma vez que o general Augusto Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional, GSI, teve de retificar seu pronunciamento, avalizado pelo vice-presidente, general Mourão. Tudo indica que nem o impeachment, nem a ameaça de golpe progredirá, enquanto a pandemia continuar presente como fator importante das relações políticas. A operação da Polícia Federal contra o governa-

dor do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, aplaudida por Bolsonaro; e a operação contra os bolsonaristas, acusados de promover “fake news” e incitar ataques ao STF, aplaudida pela oposição, são reflexos da decomposição geral da política burguesa.

As massas estão alheias aos choques interburgueses, embora as pesquisas indiquem queda na popularidade de Bolsonaro.

Estão ainda atemorizadas pelo número crescente de mortes e pela contaminação. Sofreram com a redução salarial e demissões em grande escala. Voltam ao trabalho desorganizadas, desconfiadas de suas direções sindicais e políticas, que colaboraram abertamente com a direita burguesa de isolamento social, e aplicação da MP 936. Uma parcela dos trabalhadores, que foi poupada das demissões, acredita, na sua inconsciência política, de que a redução salarial salvou os empregos. Vão sentir o impacto das perdas, com maior intensidade, mais à frente. O mais provável é que o descontentamento e a revolta, que se vinham gestando diante das contrarreformas, saiam amortecidos do isolamento, e permaneçam no início do retorno ao trabalho. Isso porque os explorados foram empurrados para o confinamento, sem que pudessem ter uma resposta própria. E os que permaneceram no trabalho estiveram, todo tempo, envolvidos pelo temor do desemprego e da pandemia. A luta de classes, que vinha se desenvolvendo, acabou sendo contida. Não se pode, portanto, compreender a agudização da crise política, abstraindo o desarme político e organizativo da classe operária e demais explorados.

O PT e a esquerda que o segue se adaptaram e auxiliaram a política burguesa de isolamento social. Os sintomas mais evidentes do colaboracionismo foram os acordos virtuais de redução salarial, que abrangeram mais de 7 milhões de trabalhadores. As centrais sindicais atuaram em defesa do isolamento social, sob a unidade burguesa em torno à proteção dos capitalistas, principalmente dos mais poderosos, em detrimento das condições de existência da maioria oprimida. A divisão interburguesa quanto à forma do isolamento social se processou no quadro de proteção do capital contra o trabalho. Os reformistas e esquerdistas não se deram conta – ou fecharam os olhos – de que o poder econômico decide, em grande medida, sobre as formas e os meios de enfrentar a pandemia. Essa posição capituladora os obrigou a permanecerem nos marcos da crise política, comportando-se como ala esquerda da oposição burguesa, que se ampliou a setores da direita. Aos poucos, as várias correntes foram se aproximando da tese de que a tarefa colocada é a de combater Bolsonaro com a bandeira do impeachment, como se essa fosse a via de enfrentar as tendências golpistas do bolsonarismo. A bandeira de “Fora Bolsonaro”, que inicialmente foi levantada por este ou aquele grupo da esquerda oportunista, acabou se tornando um bem comum. A bandeira do impeachment possibilitou dar ao “Fora Bolsonaro” o conteúdo institucional burguês, que é típico dessa bandeira. Não por acaso, não empunham a bandeira de “Abaixo o governo Bolsonaro”, cujo conteúdo implícito é de que somente as massas em luta direta podem cumprir esse objetivo.

O PT e aliados têm em conta o deslocamento de um setor da burguesia, no caso da eventual falência total do governo Bolsonaro, para a solução da crise de governabilidade pelo impeachment. As forças burguesas de conjunto receiam o perigo de levantes revolucionários das massas, no período pós pandemia.

O PT e aliados têm em conta o deslocamento de um setor da burguesia, no caso da eventual falência total do governo Bolsonaro, para a solução da crise de governabilidade pelo impeachment. As forças burguesas de conjunto receiam o perigo de levantes revolucionários das massas, no período pós pandemia. A movimentação da oposição reformista e o deslocamento de um setor da direita para

posições oposicionistas têm provocado, em contrapartida, uma movimentação de reconciliação de parte das forças que protagonizaram o golpe contra Dilma Rousseff, promoveram a ditadura civil de Temer, e apoiaram a ascensão de Bolsonaro. São recentes as negociações do núcleo militar com o “Centrão”, para se saber que capacidade terá de contrabalançar as rupturas que tendem ao oposicionismo, evitando o avanço do impeachment, e dissuadindo Bolsonaro de uma aventura golpista. Apesar dos impasses que cercam o governo, há setores

da burguesia que ainda insistem em prolongar a sua vida. Espera-se contornar institucionalmente os embates em torno ao controle da Polícia Federal, aos ataques do bolsonarismo ao poder judiciário, e às denúncias de vínculo de Flávio Bolsonaro com as milícias do Rio de Janeiro. São três focos explosivos da crise política.

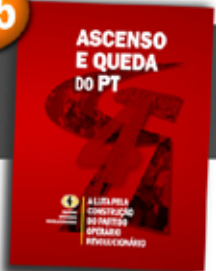
Verifica-se, segundo a composição desses fatores, que as condições para um golpe militar não estão dadas. O que não se pode descartar é a aventura golpista. A via do impeachment é uma carta no baralho da oposição burguesa, que poderá servir no futuro. A vanguarda com consciência de classe não deve se confundir e se perder no emaranhado das divisões, atritos e choques interburgueses. Para isso, é preciso esclarecer os fatores da crise política como expressão do bloqueio das forças produtivas, tanto interno quanto externamente, o processo de desintegração do capitalismo e o avanço da barbárie social. É parte dessa compreensão o problema da crise de direção revolucionária. A pandemia trouxe à tona as mais profundas contradições do capitalismo historicamente esgotado. A política revolucionária se assenta e reflete as condições objetivas do choque entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas. A alta concentração monopolista e a centralização do capital financeiro correspondem à etapa final do capitalismo em transição para o socialismo. A revolução proletária se constituiu no terreno em que se enfrentam a minoria exploradora e a maioria explorada. Não comparece dessa forma e com essa clareza, devido ao retrocesso históri-

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



co das revoluções proletárias, que foram traídas e sofreram o processo de restauração capitalista. O capitalismo sobrevive decompondo-se progressivamente, graças às profundas derrotas do proletariado, que sobreviveram após a Segunda Guerra Mundial. Inevitavelmente, terá de se recompor e retomar suas tradições revolucionárias nas condições atuais de proliferação do desemprego, subemprego, pobreza, miséria e fome. As respostas à crise nacional correspondem à política internacional de reerguer as organizações do proletariado e das massas, em franca contraposição à burguesia, seus governos e instituições. O fato da pandemia atingir a maioria dos países expôs os elos entre as particularidades nacionais e as relações mundiais do capitalismo decadente. Iluminou plenamente o caráter mundial da crise de direção revolucionária, ou seja, a destruição da III Internacional e o fracasso da direção responsável por desenvolver a IV Internacional, após a morte de Trotsky. Assistimos ao conjunto das esquerdas se arrastar por detrás da política burguesa de isolamento social, abandonando o trabalho de organização da classe operária nas condições mais difíceis após a Segunda Guerra Mundial.

Pelo visto, o Brasil pode ser considerado um laboratório nesse sentido, dadas as particularidades como a crise política se desenvolveu, impulsionada pelas duas variantes de resposta à pandemia, a do governo federal e a dos governadores. A política de colaboração de classes foi elevada às alturas pelas direções das centrais sindicais, amparadas no argumento de defesa da vida dos pobres. O poder econômico rompeu o isolamento social parcial, e expôs o esgotamento dessa via. Os trabalhadores voltam a seus postos de trabalho, e encontram como preocupação das direções sindicais erguer a bandeira do

Notas Nacionais

impeachment. Continuam em vigência a MP 936. Em três meses, cerca de 5 milhões de trabalhadores com carteira assinada passaram a engrossar o mar de desempregados e subempregados. As direções viram o rosto para essa realidade, quando aí está o ponto de partida da política do proletariado para enfrentar a crise sanitária, econômica e política. Não se puseram a organizar os operários que permaneceram trabalhando, e não organizam aqueles que retornam ao trabalho. Esconderam e escondem a traição aos interesses dos explorados, com a bandeira do isolamento social e da defesa da vida. Essa hipocrisia não mais se sustenta diante dos milhares de mortes, dos milhões de demitidos, dos milhões que perderam parte de seus salários e da fome que se alastra.

A vanguarda com consciência de classe deve ter claro que o combate ao governo burguês, militarista e fascistizante de Bolsonaro se dará, não pela frente oposicionista burguesa, mas sim pela frente única em defesa de um plano de emergência. Frente essa que cria as condições para constituir a frente única anti-imperialista, que permite às massas confluírem com o programa da revolução e ditadura proletárias. A vanguarda com consciência de classe está diante da tarefa de recuperar a democracia proletária. A primeira medida a ser tomada é a de convocar as assembleias para uma avaliação do tormento que desabou sobre a maioria oprimida, aprovação do plano de emergência, constituição dos comitês de base, e estruturação da frente única de defesa da vida dos explorados. É cumprindo essa tarefa que os explorados se identificarão com a estratégia revolucionária, que tem por consigna a derrubada da burguesia, de seu governo, e a constituição de um governo operário e camponês.

Notas nacionais

Face semioculta do governo fascistizante

A revelação de Bolsonaro, de que tem uma rede própria de informantes, feita na reunião ministerial de 22 de abril, mereceu crítica da imprensa opositora. Afinal de contas, o governo conta com a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), e o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). O aparato de polícia política foi reconstituído pela ditadura civil de Temer, e fortalecido por Bolsonaro. O objetivo foi e é o de lhe dar uma feição do temido Serviço Nacional de Informações (SNI), criado pela ditadura militar, em junho de 1964, e extinto em março de 1990. Esse órgão de espionagem infiltrou agentes nos sindicatos, partidos, instituições diversas e movimentos. Serviu à brutal perseguição política, prisão e tortura de opositores à ditadura militar. Eis por que o primeiro governo eleito, Collor de Melo, não teve como conservar esse organismo tão odiado. Em seu lugar, foi instituído o Departamento de Inteligência de Assuntos Estratégicos (DI-SAE). Em 1999, Fernando Henrique Cardoso o substituiu pela ABIN. As mudanças vieram no sentido de adaptar a polícia política à democracia, instituída com as eleições presidenciais de 1989. Um dos traços foi o de desmilitarizar o sistema de informação. Os democratizantes se vangloriavam de ter mudado a sua função, tirando-lhe o poder de se infiltrar e bisbilhotar sindicatos e movimentos.

As crises econômicas, que se desdobravam em crises políticas, a agudização da luta de classes e a reorganização das correntes

de esquerda alimentaram nos militares e na polícia o objetivo de reconstituir os poderes do aparato de inteligência, que tiveram no passado. Uma das consequências do golpe de Estado, que derubou o governo de Dilma Rousseff, foi a de abrir caminho nesse sentido. Uma das primeiras medidas de Temer foi a de trazer para o centro do governo o general Sérgio Etchegoyen, que elaborou o Plano de Defesa Nacional, baseado na espionagem dos movimentos, tendo, naquele momento, como alvo, o MST.

A remilitarização da política burguesa se vinha dando como parte da própria democracia oligárquica, reconstituída após o fim da ditadura militar. A formação de uma bancada policial no Congresso Nacional (“bancada da bala”) indicou essa tendência. Bolsonaro se apoiou, não só nessa bancada, como também nas da “bíblia” e do “boi”. Essas corporações parlamentares foram fundamentais para o golpe de Estado, sustentação do governo Temer e eleição de Bolsonaro. Fatos reveladores, como a gigantesca lista de militares e policiais como seus apoiadores, vêm à tona, nesse momento de crise e de ameaça golpista.

A eleição de Bolsonaro fortaleceu a intervenção da cúpula dos aparatos de repressão no interior do Estado, e, portanto, da política burguesa. Seu governo se estruturou em torno a um núcleo de generais. Centenas de cargos foram entregues a militares e policiais. Há uma clara militarização da estrutura civil do Estado. O

general Augusto Heleno – um dos carrascos dos oprimidos haitianos – passou a ocupar o GSI, com a missão de impulsionar a política política. Recentemente, reagiu às ações do Supremo Tribunal Federal (STF), ameaçadoramente. Os bolsonaristas, orquestrados pelos filhos de Bolsonaro, armaram um esquema de dentro do próprio governo para travar o combate ideológico em defesa do militarismo, da ditadura e do fascismo. Recorrentemente, os seus partidários se postam no Palácio do Planalto, sob as bandeiras de intervenção militar e fechamento do Congresso e do STF. Até mesmo símbolos da direita fascista ucraniana são exibidos nas manifestações, apoiadas pelo presidente da República. É sintomático que o governador de São Paulo, João Doria, se mostra preocupado pela influência do bolsonarismo no interior da polícia do estado.

Agora que as manifestações se reiniciam, como as que ocorreram no dia 31 de maio, apesar das bandeiras inofensivas de defesa da democracia, impeachment e Fora Bolsonaro, o presidente as qualifica de “terrorismo”. É visível o receio do governo de uma revolta, após a pandemia. Bolsonaro refere-se, inclusive, ao levante chileno. Em tom ameaçador, promete reprimir duramente. Eis o problema fundamental do próximo período.

A tarefa que se coloca é justamente reorganizar o movimento nacional das massas. O receio de Bolsonaro não é o impeachment,

embora a crise de governabilidade seja profunda. O motivo está em que conta com o apoio das Forças Armadas e do aparato policial. A apreensão de comandantes da ativa com os rumos dos acontecimentos não trincou a relação entre o governo e militares. Não há impeachment, sem a mobilização da classe média e a anulação dos generais. O movimento institucional da oposição burguesa em torno à democracia, à preservação da harmonia entre os poderes e, portanto, ao “Estado de Direito”, não vai além de pressão, no sentido de conter uma possível aventura golpista de Bolsonaro.

Somente a classe operária organizada e mobilizada pode atingir o governo militarista e fascizante. No entanto, no momento, ainda se acha sobressaltada pela pandemia, demissões, crescimento exponencial do desemprego e redução salarial. É inevitável que a retomada da luta em vários países, tendo à frente a gigantesca manifestação nos Estados Unidos, mostra o caminho que os explorados brasileiros têm de percorrer. A vanguarda combativa e com consciência de classe não pode se deixar confundir pelas manobras da oposição burguesa em nome da “democracia”. Deve propagandear e agitar o plano de emergência próprio dos explorados, destacando as reivindicações mais sentidas pela maioria oprimida.

Reação em toda a linha

Transcrevemos a notícia do jornal O Estado de São Paulo. “O presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo, chamou o movimento negro de “escória maldita”, em uma reunião gravada sem que ele tivesse conhecimento. Na ocasião, Camargo também disse que Zumbi era “filho da puta que escravizava pretos”, criticou o Dia da Consciência Negra, falou em demitir “esquerdista”, e usou o termo “macumbeira” para se referir a uma mãe de santo”.

Essa fala franca e grotesca não é de um branco, mas de um negro. Assim, Sérgio Camargo se referiu ao movimento de negros no Brasil. Bolsonaro o colocou numa posição incômoda, ao lhe entregar a direção da Fundação Palmares. Isso por que Camargo repudia a figura histórica de Zumbi dos Palmares. Como se vê, não ataca apenas a visão dos movimentos contra a discriminação e pela igualdade racial, mas também a memória de Zumbi, morto em combate contra os escravizadores.

Zumbi foi um dos principais líderes das fugas de escravos. Mostrou extraordinária capacidade de liderança e organização dos negros perseguidos. Os escravos fundaram o quilombo de Palmares, o maior de todos, por volta de 1580, na capitania de Pernambuco. A cidadela de Palmares enfrentou inúmeras incursões dos bandeirantes. Foi derrotada pela expedição, chefiada pelo carniceiro Domingos Jorge Velho, a mando da Coroa Portuguesa. Depois da destruição do quilombo, Zumbi e seu grupo de guerreiros foram perseguidos pelos capitães do mato. Foi assassinado em 20 de novembro de 1695. Os colonialistas escravistas cortaram sua cabeça, e a expuseram em praça pública, em Recife.

Quem é Sérgio Camargo para tripudiar a figura de Zumbi? Um negro carreirista e arrivista, que viu uma chance de ter um cargo no Estado, colocando-se a serviço de um gover-

no ultradireitista e fascizante. Esse episódio, em si mesmo, não tem importância, uma vez que esse senhor tão somente emitiu opiniões rasteiras. Importa, no entanto, que tais impropérios não vêm de sua própria cabeça, mas sim do racismo, que se constituiu no processo de formação do capitalismo no Brasil, e de sua burguesia branca. Muito se tem feito para formar uma cortina de fumaça para acobertar o brutal racismo. A realidade social, porém, dissolve diuturnamente as fantasias da democracia racial.

Os reformistas deram impulso a ideias dos anos de 1950, sobre a possibilidade de criar novas condições para a inclusão social das massas negras. As denominadas “ações afirmativas” tiveram o valor de revelar a impossibilidade de acabar com o racismo, sem acabar com a sociedade de classes. Tornou ainda mais visível que a discriminação dos negros é de classe, bem como as demais discriminações. Em 1988, no embalo da democratização, o governo José Sarney criou a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura. É claro que, onde existe recurso financeiro, aglutinam-se interesseiros, que se valem da questão racial para desenvolver a politicagem. Os reformistas se encastelaram nessa seara. A derrocada do governo petista e, finalmente, a eleição de um governo ultradireitista, mudaria completamente a relação do Estado com os movimentos, em particular, o de negros.

O retrocesso institucional é a demonstração clara de que não é viável implantar reformas capazes de sequer minimizar a opressão sofrida pelos negros. A experiência comprova que somente a classe operária, por ser a classe antagonista à burguesia, pode combater a discriminação, em geral, e a discriminação sobre os negros, em particular. Faz parte da revolução proletária a real igualdade entre negros e brancos.

Manifestações contra Bolsonaro



O POR tem mostrado, em seus manifestos e no Jornal Massas, que, mesmo durante a pandemia, ocorreram protestos, principalmente de trabalhadores da saúde, por melhores condições de trabalho. Foram manifestações reduzidas em número de pessoas, mas enormes em importância.

O domingo, 31 de maio, ficou marcado como o retorno das manifestações, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, mas também em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Manaus e Porto Alegre, em menor proporção. Em São Paulo, o ato foi organizado pelas torcidas antifascistas dos times de futebol Corinthians, Palmeiras, São Paulo e Santos, reuniu aproximadamente 500 pessoas, e foi duramente reprimido pela PM. A poucos metros dali, o ato bolsonarista ganhou proteção da polícia, e viralizaram nas redes sociais cenas de policiais batendo continência para manifestantes proto-fascistas.

A poucos metros do ato “antifa”, na frente da FIESP, se reuniram bolsonaristas, com bandeiras estadunidenses, camisas amarelas e palavras de ordem de fechamento do STF e congresso. No MASP, as principais palavras de ordem entoadas foram “Democracia” e “Fora Bolsonaro”. Poucas organizações políticas de esquerda compareceram, além do POR, que levou dois manifestos, “Contra a violência policial e matança dos negros” e “Tarefas do momento”. Foi possível identificar PCO, MRT, PSOL e UP, sem material que expressasse suas políticas.

Paralelamente, vimos as massas saírem às ruas em diversas partes do mundo, especialmente nos EUA, onde os protestos tiveram como estopim o assassinato de George Floyd. O dique de contenção, levantado pela política conciliadora e capituladora das direções reformistas e estalinistas durante a pandemia, que condenaram manifestações de rua massivas, começa a ser rompido pela necessidade das massas de lutar para resolver seus problemas com o método da ação direta.

Os levantes acompanham a quebra do isolamento, determinada pelo poder econômico, como mostramos nas edições anteriores do Jornal Massas. As massas retornam ao trabalho desorganiza-

das e receosas com as direções, pois, elas colaboraram com a implementação da MP 936, que permite suspender contratos e cortar salários. Outra grande parcela nem retorna, já perderam seus empregos. O movimento, que é novamente posto em marcha, depois de um período de paralisia, já tem diante de si obstáculos que precisam ser superados.

O primeiro deles é a tentativa de instrumentalização da luta pelos oportunistas, que pretendem canalizá-la, eleitoral e institucionalmente, para o “Fora Bolsonaro” e “impeachment”. Chama a atenção o PSOL que, até aquele dia, era contra manifestações durante a pandemia, mas que, no dia seguinte, lançou campanha defendendo o ato, e dizendo que, para vencer o fascismo, era necessário apoiar o impeachment de Bolsonaro. Retomam bandeiras eleitoreias, como fizeram nas últimas eleições presidenciais, e de desgaste eleitoral do governo, as quais não correspondem às necessidades da classe operária e de demais explorados. As tarefas do momento consistem em organizar as assembleias nos locais de trabalho e nos bairros, criar os comitês de defesa, e criar um plano de emergência próprios, que inclua a defesa dos empregos e dos salários, e a sobrevivência diante da crise. O combate ao governo ditatorial, militarista, e às suas ameaças de golpe, virá com a classe operária e demais explorados empunhando seu programa de reivindicações, bem como sua estratégia própria de poder.

Outro desvio da luta compareceu, estampado na bandeira de “Democracia”. A mídia burguesa já tomou a frente, dizendo que se trata de um movimento semelhante ao da redemocratização. Não existe democracia abstrata, por fora das classes sociais. A democracia em que vivemos é burguesa, aquela em que uma ultraminoria decide os rumos da sociedade. Trata-se assim da ditadura de classe da burguesia sobre a maioria explorada. Um movimento antifascista é essencialmente anti-capitalista, e deve colocar-se no campo da transformação do modo de produção, raiz material das opressões raciais e fascistas. A democracia que condiz com esta política é a democracia operária, proletária, onde a maioria se impõe contra a minoria burguesa.

É sintomático que a primeira manifestação desse tipo tenha sido convocada por torcidas. As centrais, sindicatos, movimentos e correntes de esquerda estiveram todo o tempo seguindo a política burguesa do isolamento social. Renunciaram à organização da classe operária e à luta independente. O enfrentamento ao governo – não só a Bolsonaro, mas a Dória e aliados, se dará com a retomada da luta das massas que arcam com a crise pandêmica e econômica. O POR, com seus manifestos, se diferenciou da orientação impressa pelas bandeiras do impeachment, democracia e fora bolsonaro. É necessário que a vanguarda com consciência de classe lute por um plano de emergência próprio dos explorados, a convocação de assembleias e organização de uma frente única de combate.



Governo aproveita a pandemia para ampliar os cortes de direitos

Logo que foi anunciada a pandemia, Bolsonaro decretou a Medida Provisória 927. Agora, como está prestes a vencer, o Congresso Nacional terá de votá-la, para que seja transformada em lei. Pela MP 927, os capitalistas puderam flexibilizar mais ainda as relações trabalhistas. Trata-se de uma proteção aos patrões, diante dos impactos, que poderiam sofrer, durante o isolamento social. Entre as medidas, estão o teletrabalho, antecipação de férias, concessão de férias coletivas, antecipação de feriados, utilização do banco e horas, parcelamento do abono anual, e não reconhecimento do Fundo de Garantia (FGTS). Era objetivo dos capitalistas e do governo, que a MP garantisse a suspensão dos contratos de trabalho, por até 4 meses, sem pagamento de salários. No entanto, tiveram de re-

cuar em função da enorme repercussão. Mas, logo em seguida, houve outra MP (936), que possibilitou a redução salarial de, no mínimo, 25%.

Novamente, as direções sindicais denunciam, em palavras, a MP 927. Como as medidas já foram implantadas, pedem aos parlamentares a inclusão da participação dos sindicatos em todas as negociações com os patrões. Esse jogo parlamentar tem servido para criar a ilusão de que é possível combinar a necessidade dos capitalistas com a dos trabalhadores. Os reformistas – PT, PCdoB, PSOL – utilizam das manobras para municiar a política de colaboração de classes das centrais e sindicatos. O fato é que, durante a pandemia, os capitalistas usaram e abusaram das Medidas Provisórias. O resultado se

estampa nos milhões de “acordos” de diminuição de salários, e quebra de direitos trabalhistas.

A política de conciliação de classes das direções sindicais e a política parlamentar de negociações entre partidos e governo confluem para um ataque sem precedente às relações de trabalho, e às condições de vida da maioria oprimida. Trata-se de combater esses traidores abertamente, e sem trégua. A vanguarda com consciência de classe tem pela frente a dura luta em defesa do plano de emergência próprio dos explorados e da independência de classe. As bandeiras – Abaixo as MPs 927 e 936! Por um plano de emergência que de fato defenda a vida dos explorados! – traduzem a luta pelos empregos, salários e direitos trabalhistas.

Operários da Bridgestone, de Santo André, foram triplamente atingidos

A direção do sindicato dos borracheiros realizou uma assembleia para aprovar o acordo feito com a empresa. Três duras medidas foram impostas. 1) redução do valor do PLR. Os trabalhadores reivindicavam R\$ 12 mil, mesmo valor recebido em 2019, e aprovaram-se R\$ 10 mil, em duas parcelas, sendo a segunda no mês de dezembro; 2) a ampliação da suspensão dos contratos de trabalho, totalizando 4 meses. A empresa possui aproximadamente 3.200 operários, e a suspensão atingiu cerca de 2.280, portanto, quase 90% da força de trabalho. Apenas os que trabalham na produção de pneus para SUVs permanecerão trabalhando; 3) adiamento da campanha salarial. A data-base é 1º de junho. O capitalista justifica que a empresa aderiu à MP 936 e, enquanto prevalecer a suspensão de contratos, não poderá aceitar negociação salarial.

Os operários, desorganizados e temerosos com as consequências da crise econômica (desemprego), se calam diante da decisão da direção do sindicato de aceitar a proposta patronal. Esse é mais um retrato de como a classe operária vem sendo atacada pelos capitalistas. E como é preciso dar um basta à política dessas direções sindicais colaboracionistas. Daí a importância de se constituir a comissão de fábrica, eleita pelos próprios trabalhadores, classista e independente.

DIREÇÃO DA CUT FOI PEDIR A DORIA QUE MANTENHA O ISOLAMENTO SOCIAL

No dia 28 de maio, o presidente da CUT/SP foi pedir que ao governador que mantenha os “protocolos” de defesa da vida, que inclui a quarentena. Portanto, foi se solidarizar com Doria, contra as medidas de flexibilização impostas por Bolsonaro. Isso, no momento em que Doria e Covas haviam apresentado o plano de retorno gradativo às atividades, para o mês de junho. “Aconselhou”, por fim, que era preciso uma política de reconversão industrial, voltada a suprir os equipamentos e produtos necessários ao combate ao Covid-19.

Na realidade, a direção da CUT foi estender as mãos, em apoio a Doria e rejeição a Bolsonaro. Mostrar que, na disputa interburguesa, a central está do lado dos governadores quanto à quarentena. Aproveita, assim, o ensejo, para mostrar que a direção está disposta a fazer parte da condução da pandemia no estado.

Aí está a mais vergonhosa conciliação de classes. Ao invés de organizar os explorados para enfrentar as consequências da pandemia, isolamento social, demissões e rebaixamento salarial, os burocratas vão estender as mãos a um dos algozes da maioria oprimida.

É patente que o processo de flexibilização da economia, proposto por Doria, é fruto da pressão dos capitalistas, que querem urgência na tomada de decisões para o retorno ao trabalho. Reafirmamos: quem dita as regras da pandemia, se haverá continuidade do isolamento social ou sua liberação, são as leis econômicas.

Uma dura realidade que piora a cada dia Responder com a política do proletariado

É preciso verificar a grave situação em que se passava o Brasil, antes de se acometido pela pandemia. A economia não havia conseguido se recuperar da recessão de 2015 e 2016. O golpe de Estado e o governo Temer tinham por objetivo impor um severo ajuste fiscal, por meio de um plano antinacional e antipopular. O avanço das privatizações (Eletrobrás, Correios, bancos públicos, exploração de campos de petróleo, etc.), cortes drásticos aos serviços essenciais (saúde, educação) e contrarreformas (trabalhista e previdenciária) eram as medidas exigidas pelo capital financeiro, supostamente para erguer a economia. Temer se encarregou de pôr em marcha o violento ataque aos trabalhadores, aprovando a reforma trabalhista e a PEC do Teto, que congelou salário e direitos do funcionalismo, e cortou gastos com a saúde, educação e programas sociais. No entanto, as denúncias de corrupção tomaram conta do governo e, assim, não pôde aprovar a reforma da Previdência, tão almejada pelo capital financeiro. Mesmo com provas contundentes de corrupção, a burguesia o sustentou, para que concluísse a transição. A eleição de um governo ultradireitista e a entrega do comando da economia a um ultraliberal foi o caminho encontrado pela burguesia para prosseguir o plano antinacional e antipopular. Em pouco tempo, aprovou-se a reforma da Previdência, e armou-se um gigantesco processo de privatização e desnacionalização.

Apesar dessa ofensiva, a economia caminhava muito lentamente. A exis-

tência de 40 milhões de desempregados e subempregados, a trajetória de queda do comércio, no último trimestre de 2019 (meses tradicionalmente em alta, em função do pagamento do 13º e das festas de final de ano), as atividades industriais em baixa, etc. retratavam a fragilidade da economia. Condições essas que se agravaram com a chegada da pandemia. Assim, no primeiro trimestre de 2020 (os dados vão até meados de março, início da pandemia), o desemprego teve um aumento de 7,5%, atingindo 12,8 milhões de trabalhadores. A população ocupada caiu 5,2%, passando para 89,2 milhões, portanto, uma queda considerada histórica. O subemprego cresceu 8,7% (2,3 milhões de trabalhadores a mais), perfazendo 28,7%. Caiu a quantidade de trabalhadores com carteira assinada para 32,2 milhões, uma queda de 4,5%. Certamente, esses dados estão longe de medir o tamanho do desemprego e subemprego, uma vez que não abrangem os meses de abril e maio.

É importante verificar o crescimento da pobreza. Os dados do primeiro trimestre indicam que houve um aumento de 9,3% de pedidos para o Bolsa-Família, passando a 14 milhões de solicitações. A queda do consumo das famílias, que já se processava no final de 2019, se acentuou. Indicadores que evidenciam o crescimento da pobreza e miséria.

Como se vê, a crise econômica conjugada com a pandemia pesará enormemente sobre a classe operária e demais oprimidos. A crise econômica, que não havia sido contida, agudizará a desigualdade social. Se, no final de 2019, os mais ricos ficavam com 43% de toda renda do País, agora, com a recessão que se avizinha, a tendência é aumentar o fosso entre os ricos e os pobres. O mesmo vale dizer dos desequilíbrios regionais. A distância entre as regiões mais ricas e as mais pobres, fator estrutural da formação econômica do Brasil, se ampliará, o que torna fonte permanente dos conflitos federativos. Os gastos com a dívida pública, no primeiro trimestre, alcançaram R\$ 288,5 bilhões.

Com a queda prevista da arrecadação, o peso da dívida se torna insustentável, obrigando o governo Bolsonaro a intensificar o plano antinacional e antipopular, momentaneamente interrompido. Pelos cálculos oficiais, a crise pandêmica terá um custo de R\$ 282,2 bilhões. Isso, levando em conta o gasto de R\$ 80 bilhões do auxílio emergencial, R\$ 40 bilhões para o pagamento da contrapartida da redução salarial (MP 936 - em 3 meses), e R\$ 13,8 bilhões de recursos extras para a saúde. Observa-se que o custo da dívida pública e o gasto com a pandemia quase que se equivalem. Está aí por que o governo Bolsonaro se choca com os governadores e prefeitos. Boa parte dos estados e municípios, que já estavam cambaleantes, exigem maior proteção da União, anunciando que não poderão cumprir o pagamento da folha de salário do funcionalismo, a exemplo de Minas Gerais.

O poder econômico exige a retomada plena da economia. Os setores de comércio e serviços, bastante atingidos pelo isolamento social, pressionam os governantes a agilizarem as medidas de flexibilização da quarentena. No entanto, os capitalistas têm pela frente a retração do mercado mundial, a queda do rendimento médio, o baixo consumo interno e o crescente volume de desempregados e subempregados. Pleiteiam, assim, do governo, mais proteção para seus negócios. Isso no momento em que a pandemia se alastra por todo o País, o número de mortos ultrapassa 30 mil, e o contágio abarcou mais de meio milhão. Por sua vez, os recursos para a proteção da população pobre são minguados, boa parcela de miseráveis foi excluída e o acesso aos hospitais públicos se torna quase impossível. A campanha dos governadores para que a população permanecesse em casa, em pouco tempo, se mostrou inviável. O mesmo ocorreu com as orientações de higiene (lavar as mãos, álcool, etc.). Basta lembrar que 1/3 das casas não tem sequer o saneamento básico. O que mostra que a política burguesa do isolamento social não pôde e não poderá ser aplicada.



POLÍTICA CONCILIADORA DAS DIREÇÕES

Qual tem sido a resposta das direções sindicais e dos movimentos populares diante das crises econômica e sanitária? Mantiveram a classe operária e demais oprimidos desorganizados, dispersos e divididos. Uma parte foi colocada no isolamento social, outra continuou trabalhando, e milhões de informais foram abandonados à própria sorte. Os capitalistas exigiram a aplicação da MP 936, e as direções sindicais se encarregaram de realizar a farsa das “assembleias virtuais”, para aprovar a redução salarial. A parcela que estava trabalhando ficou à deriva, porque os sindicatos foram fechados. Os patrões aproveitaram para demitir e atrasar o pagamento de salários. É bom lembrar que, somente no mês de abril, ocorreram 32 greves, principalmente entre os trabalhadores rodoviários. Atos e manifestações de profissionais da saúde, denunciando a falta de equipamentos de proteção e, inclusive, atraso de salários, especialmente os trabalhadores da Organizações Sociais (OS) foram quase que cotidianos.

As direções das centrais decidiram desmarcar o “Dia Nacional de Luta”, 18 de março, e passaram a colaborar com a política burguesa do isolamento social. As campanhas se voltaram à arrecadação de cestas-básicas, e de denúncia ao miserável auxílio emergencial de R\$ 200,00, inicialmente proposto por Bolsonaro. Assim que o Congresso Nacional aprovou o aumento para R\$600,00, os burocratas sindicais disseram que era uma vitória. Pela primeira

vez, essas direções se juntaram a partidos burgueses para o ato unificado virtual do Dia 1º de Maio. Agora, quando o patronato exige a volta ao trabalho, não convocam as assembleias, para responder às demissões e aos cortes de salários. Ao contrário, se limitaram a pedir medidas de proteção, a exemplo das máscaras, distanciamento, horários diferenciados para a refeição, etc. Rapidamente, as multinacionais exibiram tais condições, anulando o palavreado da burocracia em defesa da vida dos trabalhadores.

Diante dessa situação, a maioria dos explorados retorna ao trabalho, de forma passiva, temerosa com onda de demissões e com salários reduzidos. Por sua vez, os capitalistas estão com a faca e o queijo nas mãos, para ir fundo em medidas mais drásticas contra os assalariados. Portanto, os explorados têm dois grandes obstáculos: 1) a burguesia e seu governo; 2) as direções sindicais colaboracionistas. Cabe à vanguarda consciente apontar o caminho da luta, exigindo a convocação imediata de assembleias em todos os sindicatos, para aprovar um plano próprio de emergência de defesa dos empregos, salários e condições de vida da maioria oprimida. O que significa organizar a classe operária para ganhar as ruas, em unidade com os demais trabalhadores. Rejeitar a política de conciliação de classes das direções sindicais, impondo os métodos próprios do proletariado, que é a luta direta para pôr abaixo as contrarreformas, a MP 936 e as demissões.

A campanha do Partido Operário Revolucionário (POR) continua defendendo a organização dos trabalhadores para a volta ao trabalho. É preciso reorganizar o movimento de combate às demissões, desemprego, subemprego, redução salarial e quebra de direitos trabalhistas. Confirmou-se a posição do POR, de que a política burguesa de isolamento social não protegeria, de fato, os pobres e miseráveis. Confirmou-se, também, que as leis econômicas do capitalismo não permitiam a aplicação universal desse meio de enfrentamento à pandemia. E, finalmente, confirmou-se que somente a classe operária organizada e mobilizada pode se defender contra qualquer fenômeno que atinja a maioria explorada. As campanhas do POR começam a mostrar o acerto dessa posição cristalina.

Boletim Corrente Proletária dos Servidores Públicos, regional Norte

Reproduzimos algumas passagens.

O Boletim traz como bandeira “Os trabalhadores dos Correios estão sendo atacados todos os dias durante a pandemia!” “Organizar a luta, convocar as assembleias!”

Eis a denúncia: “Chegamos a este mês de junho com um quadro muito pior do que se imaginava: ao lado dos mais de 30 mil mortos por coronavírus, o governo e a ECT continuam impondo precarização do trabalho, redução salarial e retirada de direitos.

O isolamento social nunca foi universal. Os trabalhadores dos Correios são a prova disso. Mesmo com a contaminação de centenas de companheiros ecetistas, mesmo com a morte de mais de uma dezena, o presidente dos Correios, o general Floriano Peixoto, mantém sua política de sucateamento, precarização e desconhecimento completo das ações judiciais que as Federações dos trabalhadores tentaram defender.

Em meio à pandemia, a ECT: (a) manteve mudança na cobrança dos planos de saúde; (b) buscou reduzir as gratificações dos afastados do trabalho, (c) impôs, em fins de maio, o retorno dos trabalhadores que coabitavam com pessoas em grupo de risco; e (d) quer agora impor a “negociação” da campanha salarial, desconhecendo o Dissídio Coletivo de 2019.

Os Correios querem implementar o congelamento salarial, que

já foi determinado pelo governo federal para os funcionários públicos estatutários até 2021. A ECT, como todos os governos, como todos os capitalistas, quer que os trabalhadores amarguem a redução salarial, seja por diminuição imediata dos salários, seja pelo rebaixamento que ocorre com o não reajuste por anos, mudança no pagamento de adicionais, repasse em valores como os do plano de saúde, etc.”

Conclusão: “É preciso vencer a paralisia! Se seguimos trabalhando, devemos seguir lutando! É urgente a organização da luta, com a CONVOCAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS PRESENCIAIS!

É irracional a justificativa de que não podemos nos aglomerar em uma assembleia por local de trabalho, mas podemos seguir na triagem, podemos seguir nas entregas, no atendimento ao público, na contaminação diária!”

Exigência: “Vamos exigir, de fato, proteção não só contra o coronavírus, mas contra a superexploração! Se seguimos trabalhando, devemos seguir lutando! Os governos e os capitalistas querem que morramos trabalhando! Defendamos nossa vida e de nossa classe!

Defender os empregos, os salários, o não pagamento da Dívida Pública, a taxação das grandes fortunas, do capital financeiro, dos monopólios. Defendamos a vida e nossa existência, contra a exploração e a maldita política dos governos e dos capitalistas!”

Os boletins da Corrente Proletária na Educação e o Boletim da Corrente Proletária Secundarista (Juventude em Luta) trazem a campanha contra o Ensino a Distância.

Eis as formulações:



Boletim Docente Universitário

“O EAD e suas manifestações “atuais” devem ser rechaçados por todos os sindicatos e trabalhadores da educação. Por representar o avanço da mercantilização e a reafirmação da exclusão estrutural que marca o acesso à educação no

país. Mas também por ser expressão da destruição da educação, com acentuação do seu caráter memorístico, decorativo e desvinculado da produção social. Os poderosos interesses econômicos, por trás do EaD, e as tendências de desagregação

do capitalismo, que arrastam consigo a educação, contam com os governos, as burocracias universitárias e as direções sindicais, que desarmaram o movimento. Será preciso superar a dispersão, e voltar a recorrer aos instrumentos de luta”.

Boletim da Corrente Proletária, Pernambuco

“Da parte das empresas e governos, a implementação do EaD não é uma resposta emergencial à pandemia. É a materialização de um plano, cultivado há décadas. Sob o governo FHC, a modalidade foi introduzida na LDB, de 1996. Sob Lula, em 2006, foi criada a Universidade Aberta do Brasil (UAB), marco na expansão do ensino a distância nas universidades públicas federais e estaduais. Sob o governo Temer, a lei da Reforma do Ensino Médio permitiu a modalidade no Ensino Médio, e a portaria nº 275/18, da CAPES, abriu as portas para a oferta de cursos na modalidade a distância nos mestrados e doutorados. Bolsonaro, desde a campanha, anunciava a intenção de romper mais uma fronteira: o ensino fundamental. Em 2018, o Censo da Educação detectou que, pela primeira vez, as vagas ofertadas via EaD foram superiores à presencial no ensino superior. A pandemia criou o cenário perfeito para que os governos se vissem de mãos

livres para aplicar estas medidas em todos os níveis de educação”. (...)

“Sob a fachada da “inovação” trazida pelas novas tecnologias, o que se vê na aplicação do EaD é a acentuação dos problemas da educação, sob o capitalismo. A separação entre o sujeito, que conhece, e o objeto do conhecimento, é aprofundada. O divórcio entre trabalho intelectual e manual (na produção) se reflete na educação, como separação entre teoria e prática. O individualismo é exacerbado, o que inviabiliza o aprendizado, fenômeno essencialmente coletivo. Os indicadores referentes ao EaD, por parte do próprio governo, já atestam a baixa qualidade desta modalidade. Vemos, assim, que a introdução do EaD na graduação levará a um rebaixamento geral do quadro de aprendizado, trata-se da negação da educação, e manutenção de apenas uma formalidade”.



Corrente Proletária na Educação



junho de 2020

Paraná / Boletim da Corrente Proletária na Educação **Organizar o Movimento Estudantil contra o EaD na UEL**

“Aproveitando-se da crise sanitária e da política de isolamento, que dispersa e bloqueia manifestações políticas da comunidade universitária, os grupos privatistas, incrustados na burocracia universitária, e interessados há muito em implantar o Ensino a Distância – EaD na UEL, avançam para ganhar terreno, e firmar posições.

Enfeitando com frases humanitárias e supostas preocupações pedagógicas, alguns escondem, na verdade, um puro oportunismo; outros, a sua covardia – e adotam a linha de menor

resistência, dobrando-se às pressões que vêm do governo e da reitoria.

A pandemia expõe de modo brutal a incapacidade da burguesia e seu regime – o capitalismo – de dar respostas aos problemas das massas, e utilizar a ciência em favor da humanidade, pois, o conhecimento científico só é mobilizado quando dá lucro, e, pressionado pela mortandade, só consegue reagir aprofundando a exploração dos trabalhadores, jogando milhares no desemprego, reduzindo salários, e forçando a sua volta ao tra-

balho, sem condições de segurança para a sua saúde.” (...)

“Para enfrentar o EaD de modo consequente, é preciso ultrapassar a crítica às mazelas que provocará, à embromação que serão as “atividades remotas”. É preciso se colocar pela superação do regime capitalista, defender o socialismo e a necessária via para se chegar ao socialismo, que é a revolução proletária.

Chamamos o DCE e os Centros Acadêmicos a organizar a luta contra a implantação do EaD na UEL!”

Boletim da Corrente Proletária dos professores estaduais de São Paulo

Rejeitar integralmente qualquer forma de ensino à distância

“É importante destacar porque a CPE defende a rejeição integral ao ensino à distância. A continuidade do calendário letivo na pandemia tem como propósito cumprir com as contrarreformas, que visam a extrair lucro da educação pública. O objetivo é fazer avançar o que já estava previsto na Reforma do Ensino Médio, de 2016, e na elaboração das novas BNCCs (Fundamental e Médio). Essa medida tem como fundamento a necessidade do capitalismo, em sua fase de decomposição, de descarregar as crises, aprofundando ainda mais as formas de exploração, para isso é imprescindível à burguesia transformar a educação em mercadoria. O avanço de um sistema de ensino a distância, em maior ou menor grau, como defendem o PT e aliados, é a via de destruição da escola pública, do desemprego e da exclusão, seu avanço, mesmo que “alternativo”, como quer ludibriar a direção da APEOESP, não pode alcançar os milhões de jovens e trabalhadores, que dependem da escola pública, que amargam as consequências da crise econômica e sanitária”.

Conclusões

1. É urgente que a direção da Apeoesp abandone as reuniões virtuais, e convoque as assembleias, regionais e estaduais, objetivando:

a) Aprovar a rejeição à farsa do EaD. E levantar a bandeira de



- um único sistema de ensino, público, gratuito e científico;
- b) Defender a maioria oprimida da pandemia. Denunciar o fracasso da política burguesa do isolamento social. E erguer a bandeira da estatização da rede privada de hospitais, sob o controle dos trabalhadores. Portanto, um único sistema de saúde, inteiramente voltado a proteger a maioria explorada;
- c) Organizar os professores para enfrentar a privatização da educação (pela via do EaD) e a política de Doria, de fechamento de salas de aula, portanto, de desemprego e subemprego;
- d) Retomar a campanha contra a reforma da Previdência, e pelo reajuste imediato dos salários;
- e) Unificar os professores com os demais trabalhadores, para combater as contrarreformas, trabalhista, previdenciária e educacional;
- f) Rejeitar as bandeiras e métodos que desviam do caminho próprio dos explorados, que é o da luta direta contra a burguesia e seus governantes;
- g) Que as centrais e sindicatos abandonem a passividade e se coloquem por preparar o combate ao governo direitista de Bolsonaro, organizando a luta nas ruas contra a MP 936, as demissões e as reformas trabalhista e previdenciária”.

Corrente Proletária Estudantil – USP

Boletim de 25/05/20 – O que a USP fez pelo Crusp desde o início da pandemia?

O POR continua sua campanha na moradia estudantil da USP. Esta edição do boletim faz uma retrospectiva de como a reitoria e a SAS (Superintendência de Assistência Social) responderam à pandemia e suas manifestações na USP.

O boletim destaca: o fechamento dos bandejões e a implantação da cessão de marmitas aos estudantes moradores, com consequentes filas e aglomerações – sem falar do fornecimento dessas marmitas aos moradores contaminados nas portarias dos blocos, o que aumenta a chance de contágio e há sempre o risco de furto; ao invés de resolverem o problema da falta de internet no Crusp, cederam alguns kits de wifi, que já deram problemas e esgotaram rapidamente a cota; os testes de Covid-19 foram poucos, e não se comunicaram os resultados, serviram apenas para pesquisa de algum grupo; os kits de limpeza são insuficientes para a manutenção dos locais e banheiros; as 2 mil máscaras doadas por uma estudante atendem a apenas 400 estudantes, cinco para cada; o álcool gel nas entradas dos blocos estão quase sempre vazios e depredados; no que se refere à manutenção das cozinhas, lavanderias, iluminação nos corredores e reversão do corte

do Passe Livre a todos, independente do curso ou ano, a SAS não tem feito absolutamente nada – neste momento, a maioria dos cursos e institutos cederam ao EaD, e os moradores estão sendo um dos grupos mais afetados

com essa imposição; o HU, que é o hospital mais próximo e acessível ao Crusp, está em situação de calamidade.

O pior de tudo é que a associação de moradores, Amorcrusp, se cala e cala os estudantes, ao não convocar assembleia para discutir e decidir o que fazer.

O boletim conclui com as bandeiras:

Reativação imediata de todas as cozinhas e lavanderias!

Implantação imediata de internet cabeada em todo o Crusp!

Contratações imediatas de trabalhadores para o HU! Provisão adequado de EPIs!

Lutemos contra a destruição ainda maior do ensino, abaixo o EaD!

Organizemo-nos em assembleia para dar nossa própria resposta à pandemia, impondo à burocracia e ao governo o atendimento de nossas reais necessidades!

Só a classe operária e demais explorados podem investigar e punir os crimes da burguesia e seus governos

Pelo fim das polícias e todo aparato repressor do Estado

29 de maio de 2020



As cenas e a imagem de George Floyd, estadunidense negro, sendo morto por sufocamento por um policial branco, da cidade de Minneapolis, nos EUA, estão nos jornais e redes sociais. O episódio chama a atenção pela semelhança com outro caso, de 2014, Nova York, quando Eric Garner foi morto por sufocamento, pelas mãos da polícia, enquanto gritava que não conseguia respirar. Exemplos de pretos e pobres sendo mortos pela polícia não são raros, pelo contrário, compõem um padrão recorrente em diversos países do mundo. Em essência, é a polícia como um braço armado do Estado burguês, matando jovens e adultos, a grande maioria negros e, em número ainda maior, pobres.

As respostas dadas pelas massas da cidade e pelos políticos, como o prefeito democrata Jacob Frey e o presidencialvel Joe Biden, foram opostas. O fundamental é extrair o caráter de classe por trás de cada uma delas. As massas saíram às ruas e utilizaram métodos de ação direta, quebrando e incendiando uma delegacia e outros prédios (mais de 30), saqueando lojas, reflexo direto da miséria da população etc. Os representantes da burguesia lamentaram, pediram hipocritamente investigação do FBI e usaram as redes sociais para fingirem indignação. *“Ser negro nos EUA não deve ser uma sentença de morte. Por cinco minutos, vimos um policial branco pressionar o joelho no pescoço de um negro. Cinco minutos”*, relatou o prefeito, repetindo o óbvio. Trump, em poucas horas, declarou que estava *“chocado e se sentindo muito mal”* com a morte de Floyd, para, em seguida, atacar os manifestantes, chamando-os de bandidos, e oferecendo a guarda nacional para esmagar os protestos.

Não devemos desvincular os acontecimentos no estado de Minnesota da crise econômica e sanitária que o mundo atravessa. A revolta popular, que está diretamente ligada à morte de Floyd, tem raízes profundas na classe social explorada e na condição de miséria crescente das massas. É como se os manifestantes gritassem *“nos deixam morrer pelo vírus, tiram nossos*

empregos, rebaixam nossos salários e a polícia ainda nos mata nas ruas”. Assistimos ao instinto de revolta dos oprimidos se manifestar, movido pelas condições materiais.

Os EUA, primeiro país em número de casos de covid-19 no mundo, tem mais de 1,7 milhão de pessoas contaminadas e mais de 100 mil mortes, até agora. O estado de Minnesota conta com 23 mil casos e mil mortes. Já a região metropolitana de Minneapolis, possui um terço dos casos e metade das mortes do estado.

Segundo o censo de 2010, a cidade de Minneapolis é de maioria branca, 63%, e conta com aproximadamente 19% de pretos e 10% de latinos. Apesar dessas proporções, os negros e latinos somam a maior parcela dos desempregados. No país, mais de 40 milhões de pessoas pediram seguro-desemprego desde março. Cerca de 2,1 milhões de pessoas entraram com o pedido na semana passada. Algo comparado com os anos mais sombrios da Grande Depressão.

À medida que os impactos das medidas de contenção pandêmica entraram em vigor, a taxa de desemprego de Minnesota saltou, de 2,9%, em março, para 8,1%, em abril, enquanto o número de pessoas desempregadas saltou, de 160.627, para 249.453. Essa é a maior taxa de desemprego registrada em Minnesota, desde 1983, quando atingiu 8,9%. No país, a taxa saiu, de 4,4%, em março, para 14,7%, em abril. Os números dão o indício de que as manifestações estão enraizadas na opressão material, em última instância, raiz da opressão racial.

No Brasil, embora com repercussão menor, a polícia segue matando os pretos e pobres nas favelas. Ironicamente, matando inclusive aqueles que estavam seguindo a recomendação dos governos de ficar em casa. Foi o que aconteceu com o jovem João Pedro, de 14 anos, morto pela polícia em 18 de maio, dentro de sua casa, com um tiro nas costas. O caso aconteceu em São Gonçalo, no RJ, durante uma ação policial, no morro do Salgueiro, e faz parte do conjunto de mortos pelas polícias

militar e civil, durante a pandemia.

Na favela do Acari, Iago César dos Reis Gonzaga, 21 anos, foi preso, torturado e morto pelo BOPE, numa operação violenta, relatada por diversos moradores, no mesmo dia da morte de João Pedro. Iago desapareceu, e só foi encontrado pela família, no dia seguinte, no IML.

Em 15 de maio, a polícia já havia feito uma operação no Morro do Alemão, que deixou 12 mortos, alguns deles levados na carroceria de um veículo pela própria população. A justificativa de que 3 deles foram identificados como pertencentes ao narcotráfico é mais uma farsa que a polícia repete cotidianamente. A chamada “guerra às drogas”, levada a cabo, principalmente, pelas polícias do Rio, não passa de uma máscara para ocultar as raízes sociais da matança e repressão à população pobre.

Não se trata apenas de denunciar a violência policial contra a população pobre. Sabemos que o narcotráfico é parte da decomposição do capitalismo. Eis por que a única resposta da burguesia e seu Estado é a matança. A luta da classe operária contra essa barbárie implica transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. É com o programa da revolução proletária que os explorados podem combater todas as formas de violência, engendradas na sociedade de classes.

Também no Rio de Janeiro, dois casos muitos semelhantes aconteceram nos dias 20 e 21 de maio. Na Cidade de Deus, no dia 20, e, no Morro da Providência, no dia 21, os jovens João Vitor Gomes da Rocha, 18 anos e Rodrigo Cerqueira, de 19 anos, foram mortos durante operações policiais, que interromperam as distribuições de cestas básicas nas favelas.

Em Praia Grande, litoral de SP, Helder Chultz, 29 anos, foi morto com tiros no peito, pela polícia, chamada para conter o rapaz, que estava “alterado”, segundo relato da PM. O rapaz portava nas mãos um rastelo e, segundo relato dos vizinhos que presenciaram o assassinato, ele estava sentado na calçada. A polícia passou perto uma vez, fez o retorno e, na volta, atirou em Helder. “Não teve conversa”, disse uma das testemunhas.

Na cidade de São Paulo, no dia 24 de abril, o jovem David Nascimento dos Santos foi sequestrado, torturado e morto pela polícia. O corpo do trabalhador informal, que vendia balas nos faróis e no trem, só foi encontrado pela família no dia seguinte, com dois tiros e as roupas trocadas, para disfarçar o crime. Os policiais ainda retornaram ao local do sequestro, para tirar a câmera de segurança que gravou a ação.

Também em São Paulo, no Jd. Elba, zona leste da capital,

dois jovens foram mortos por policiais encapuzados, com diferença de poucas horas. Juan Ramos de 16 anos foi morto dentro de casa, na frente dos irmãos menores, e Gabriel Dantas, na frente de sua casa, com três tiros nas costas. Nenhum dos dois ofereceu qualquer resistência. A PM, quando chegou nos locais, pediu que as manchas de sangue fossem limpas, adulterando a cena do crime.

O instinto e a revolta foram maiores que o medo da pandemia. Em alguns dos casos citados, a população foi para as ruas em protesto. Queimaram pneus, bloquearam ruas e enfrentaram a polícia com paus, pedras e coragem.

A Secretaria de Segurança Pública de SP acabou de divulgar os dados do trimestre, com 255 pessoas mortas, em supostos confrontos seguidos de “resistência” (1 a cada 8 horas e meia). As estatísticas mostram que, sob o governo Doria/PSDB, as mortes pela PM bateram recorde histórico (maior desde 1996), com pico justamente em março, em pleno isolamento social. A letalidade da ROTA subiu 79% em 2019. A Polícia do RJ é uma das que mais mata no país, 10,5 a cada 100 mil habitantes, três vezes e meia a média nacional. A maior taxa está no Amapá, 15,1. PR, SE, PA e BA também figuram entre os estados com maiores taxas. Em 2017, morreram pelas mãos das polícias 5.225 pessoas, incluindo aí apenas os números oficiais e registrados de alguma forma. Em 2018, 5.762 pessoas e, em 2019, 6.105 mortos. Como os números mostram, a letalidade das polícias vem crescendo conforme avança a crise, o desemprego, a miséria da população, a criminalidade, etc.

Sabemos que a violência policial não surgiu agora, como um raio no céu azul, mas não devemos ser indiferentes à escalada na violência do Estado aos mais pobres, especialmente durante o isolamento social. O mais importante é perceber que a escalada está diretamente vinculada à brutal crise econômica, que atravessa o mundo, impulsionada pela crise sanitária do coronavírus. Os

moradores dos bairros operários, morros e favelas são, assim, colocados entre o medo de morrer pela doença, pela fome ou miséria, e pelas mãos dos agentes do Estado.

O quadro burguês, que foi pintado no início da pandemia, de que “estávamos todos no mesmo barco”, e que “sairíamos juntos deste interregno imposto pelo fenômeno natural do vírus” foi amplamente propagandeado pelas mídias, e incorporado pelas direções dos sindicatos e movimentos. Mas, a realidade se encarregou de desfazer a impostura da burguesia e seus governos.

O Partido Operário Revolucionário explicou que se tratava



João Pedro, 14 anos.

A luta da classe operária contra essa barbárie implica transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. É com o programa da revolução proletária que os explorados podem combater todas as formas de violência, engendradas na sociedade de classes.



A polícia é o braço armado do Estado e a crescente repressão aos mais pobres, principalmente os negros, é reflexo direto das condições econômicas impostas pela decomposição capitalista em sua fase imperialista. É nesta fase que o agigantamento dos monopólios e da concentração de riqueza tem como consequência direta o aumento da miséria de bilhões de pessoas em todo o mundo.

do aprofundamento da crise econômica e, sendo assim, deveria ser respondido com luta operária e popular, no campo da independência de classe. Os governos federal e estaduais se dividiram, apenas formalmente, em relação a extensão da aplicação do isolamento, mas juntos impuseram uma política burguesa de isolamento social. Ou seja, empurraram as massas para o confinamento de suas casas, sem a menor garantia de sobrevivência, seja hospitalar, seja de condições materiais (salários e empregos cortados). A aprovação da MP 936 se encarregou de garantir os interesses dos capitalistas, em detrimento das necessidades mais elementares de milhões de trabalhadores. Assim, com as mãos amarradas, isolados em suas casas, e sem um plano próprio de emergência, as massas assistiram pela TV os mandos e desmandos dos diferentes governos, e os mais pobres viram crescer a repressão policial, sem poder dar, no entanto, uma resposta coletiva e organizada. É neste terreno que a matança policial deve ser respondida, como parte dos ataques que os explorados vêm sofrendo durante a crise.

A polícia é o braço armado do Estado e a crescente repressão aos mais pobres, principalmente os negros, é reflexo direto das condições econômicas impostas pela decomposição capitalista em sua fase imperialista. É nesta fase que o agigantamento dos monopólios e da concentração de riqueza tem como consequência direta o aumento da miséria de bilhões de pessoas em todo o mundo. As crises mais agudas desnudam o capitalismo de suas vestes hipócritas e põe à luz do dia sua completa falência em resolver os problemas elementares da população. É também nesta fase do capital que se colocam as revoluções e contrarrevoluções. O que exige a organização dos explorados para lutar, não apenas contra a polícia assassi-

na e genocida, mas contra toda a ordem burguesa. A consequência dos explorados não tomarem para si esta tarefa é a de continuar sendo ludibriados pela enfadonha tese de que se trata de casos isolados, como foram os assassinatos de Floyd, João Pedro, David etc. Um ou outro policial pode até receber punição, mas nenhuma confiança deve ser depositada na justiça burguesa. Contudo, um grande desafio que as massas oprimidas têm pela frente é a crise de direção revolucionária. Suas direções – sindicais, populares e estudantis – são controladas pelo reformismo e estalinismo, enfiados no jogo institucional burguês. Apontam para as massas que a solução está na troca de um governo burguês por outro, nas próximas eleições, e assim postergam mais e mais a condição de miséria do proletariado e da juventude oprimida.

Marx demonstrou, em O Capital, que “a violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenha de uma sociedade nova”, o que significa que a violência faz parte do desenvolvimento social, através da disputa entre as classes. Assim, não condenamos a violência em geral,

de forma abstrata, como fazem a mídia burguesa e os reformistas. Sabemos que somente através da violência revolucionária conseguiremos arrancar o poder das mãos da burguesia. Sabemos que o proletariado e demais explorados deverão usar a violência revolucionária, através da revolução proletária, para a instalação de um governo operário e camponês, sustentado pela ditadura do proletariado. Mas a violência de que tratamos aqui é outra. É a violência capitalista a que estão submetidos milhões de pobres, principalmente os negros e os jovens. É a violência da polícia, da superexploração do trabalho, dos salários de fome, do impedimento aos estudos, das demissões em massa etc. Trata-se de uma violência reacionária, de classe.

O Partido Operário Revolucionário denuncia os crimes da burguesia, de seus governantes, que inclui o aparato militar-policial. Rechaça as investigações sob o comando dos próprios assassinos. Defende que somente um Tribunal Popular poderá fazer a investigação e punir, de fato, os verdadeiros responsáveis pelas chacinas. Faz a defesa da juventude, levantando a bandeira de “nenhum jovem sem trabalho, nenhum jovem fora da escola”. Rejeita os programas e reformas governamentais que sacrificam ainda mais os milhões de jovens e os explorados em geral. Denuncia as direções sindicais, que se recusam a organizar a classe operária e demais oprimidos para aprovar um plano próprio de emergência e lutar contra a implantação das contrarreformas, as quais incluem as medidas repressivas contra o povo pobre e miserável. E trabalha para pôr em pé o partido revolucionário, que tem como estratégia a destruição do capitalismo, raiz da exploração e miséria de milhões, pela via da revolução proletária.

Pernambuco

Mais um crime de classe: A morte de Miguel Otávio, de 5 anos!

Abaixo o racismo e toda opressão capitalista

A morte de Miguel Otávio Santana da Silva, criança preta e pobre, expôs todas as contradições, explorações e opressões estruturais, agravadas neste momento de crise econômica e sanitária. A mãe, empregada doméstica, e sem direito ao isolamento social, precisou continuar trabalhando, apesar de não ter onde deixar o filho. Mesmo quando o patrão, o prefeito de Tamandaré Sérgio Hacker (PSB), estava com coronavírus, manteve as empregadas (mãe e avó de Miguel) lhes servindo.

Mas, o pior do desprezo pela vida dos trabalhadores e suas famílias ainda estava por vir. No dia 02 de junho, enquanto a mãe de Miguel passeava com o cachorro da patroa, o desespero da criança, que queria a mãe, foi respondido de forma criminoso por Sarí Gaspar Côrte Real. A câmera do elevador mostra a patroa deixando a criança só no elevador e ainda apertando um botão dos últimos andares. Só, Miguel acabou caindo do nono andar. Sarí pagou R\$ 20 mil de fiança e foi liberada. Não foi acidente, não foi fatalidade, não é caso isolado, é mais um crime de classe cometido pela burguesia branca.

O cenário do crime não poderia ser mais simbólico. O edifício de luxo conhecido como “torres gêmeas”, símbolo do poder econômico que compra políticos, expulsa os pobres do centro da cidade, e destrói a natureza.

A própria fiança é uma medida que mostra como a justiça é de classe. “Fosse o contrário, eu não teria direito a fiança”, desabafou a mãe. A morte do menino Miguel só escancara um sistema burguês que se ergue sobre as raízes históricas e materiais da escravidão e do racismo. A opressão sobre a mulher trabalhadora também se mostra por inteiro. O trabalho doméstico é descarregado sobre a mulher pobre, sem garantias por parte do Estado. A mesma mulher que cuida com zelo dos filhos da patroa branca, não encontra contrapartida, mesmo que por alguns minutos.

Crise capitalista e matança de jovens negros

A violência da burguesia e de seu Estado sobre as mulheres e crianças, os pretos e pobres, aumenta, conforme se aprofunda a crise estrutural capitalista. A morte de Miguel tem a mesma raiz do assassinato pela polícia de João Pedro, 14 anos, no Rio de Janeiro. João Pedro estava em casa e morreu com um tiro nas costas. A periferia sangra. No mesmo dia, em outra favela do Rio, Iago César dos Reis Gonzaga, 21 anos, foi sequestrado, torturado e morto pelo BOPE. Em 15 de maio, uma operação no Morro do Alemão, havia deixado 12 mortos, sob a máscara da “guerra às drogas”. É um rio de sangue que liga todas essas mortes com a dos jovens que se divertiam em Paraisópolis, e tantas outras vítimas de extermínio. Por ano, mais de 30 mil jovens, na maioria, pretos, são assassinados no Brasil.

Com a crise, o aumento da desigualdade e o desemprego, a burguesia e seu Estado respondem com a matança. A violência letal das polícias aumentou, sob a pandemia. Os oprimidos, porém, se revoltam. Em alguns dos casos citados, a população foi para as ruas, em protesto. Queimaram pneus, bloquearam ruas e enfren-

taram a polícia com paus, pedras e coragem.

A explosão antirracista nos EUA

As contradições agravadas pela crise econômica e sanitária emergiram nos protestos radicalizados contra o assassinato de George Floyd, em Minneapolis (EUA). Mesmo já algemado e gritando que não conseguia respirar, um policial branco manteve o joelho no pescoço de George até sua morte.

A revolta popular que explodiu nos EUA, e se espalhou pelo mundo, tem raízes profundas na exploração e miséria. As massas saíram às ruas, e utilizaram métodos de ação direta, quebrando e incendiando uma delegacia e outros prédios, saqueando lojas, reflexo direto da miséria e agravamento do desemprego com a pandemia.

A burguesia oscila entre o lamento hipócrita e os pedidos de criminalização dos protestos. Mais de dez mil pessoas já foram presas nos Estados Unidos. Mas, a resposta popular cresce em indignação e solidariedade. Os atos continuam e se espalham pelo mundo. É como se os manifestantes gritassem “*nos deixam morrer pelo vírus, tiram nossos empregos, rebaixam nossos salários e a polícia ainda nos mata nas ruas*”. Estamos vendo o instinto de revolta dos oprimidos se manifestar, movido pelas condições materiais.

De onde virá a justiça?

As vítimas da violência da burguesia clamam por Justiça. Têm o direito de exigir punição aos assassinos. Vemos, porém, que a Justiça é de classe, é parte da dominação da burguesia. É incapaz de julgar seus próprios crimes. As massas em luta, por seus empregos, salários, direitos e vidas, precisa erguer Tribunais Populares, para julgar os crimes da burguesia. O peso político e econômico das famílias oligárquicas Côrte Real e Hacker serão usados com grande vigor para adiar e atenuar qualquer punição. Mas, mesmo que se consiga a pena máxima, Miguel continuará sem vida. Não há reparação possível. E a violência da burguesia continuará operando de tantas outras maneiras. Pelo poder econômico, que expõe a vida de milhares, para continuar servindo e sustentando o isolamento social de uma minoria. Pela crueldade das demissões. Pela opressão sobre as mulheres trabalhadoras. Pelo abandono das crianças pobres e miseráveis. Pelo extermínio nas mãos das polícias. Pela negação do emprego e tantas outras formas.

Que a indignação e revolta se transformem em consciência e organização. Que retomemos os métodos próprios da classe operária, com a formação dos comitês nos bairros, em defesa dos empregos, direitos e vida. Que a juventude e trabalhadores conscientes percebam que, para acabar com a violência da burguesia, será preciso acabar com a propriedade privada dos meios de produção. Enquanto tiverem o poder econômico, terão o poder político, a justiça e o controle dos meios de comunicação. É com o programa da revolução proletária que os explorados podem combater todas as formas de violência da sociedade de classes.

Rio Grande do Norte

Governo Fátima (PT) avança na implementação do ensino a distância

Que a direção do sindicato convoque imediatamente a assembleia presencial

Logo após o fim da greve na educação, a governadora Fátima (PT) aproveitou para avançar na implementação do ensino a distância (EaD). Nas últimas semanas, os diretores realizaram reuniões nas escolas, para apresentar a Portaria nº 184/2020-SEEC/RN, que trata da reorganização do planejamento curricular, e pressionar os professores a realizarem o que a Secretaria de Educação (SEEC) chama de “atividades não-presenciais”. O resultado das reuniões variou de escola para escola. Em algumas, a aceitação foi quase total, em outras, parcial, e houve as que rejeitaram, como nas escolas Ubaldo Bezerra, Nestor Lima e Ana Júlia. O que evidenciou a enorme dificuldade em compreender o fundamento da adoção do EaD por parte dos governantes.

Nas discussões em torno à Portaria nº 184, se destacaram as dificuldades de realização das “atividades não presenciais”. As queixas de estudantes, pais e professores são inúmeras: falta de acesso à internet; de equipamentos, como celulares, tablets e computadores; dificuldade dos pais em auxiliar os filhos na execução das lições; sobrecarga de trabalho dos professores na preparação das aulas; e dificuldades no manuseio das ferramentas virtuais. Diante das evidências “técnicas”, o governo do PT orientou que as escolas entregassem os materiais impressos. Para isso, apesar da suspensão das aulas em função da pandemia, propõe que os estudantes compareçam para pegar e entregar as lições nas escolas. E “orientou” que as avaliações sejam realizadas no retorno às aulas presenciais. O que implica retomar todo o conteúdo virtual ou as lições impressas (e respondidas em casa), no momento da avaliação. O que mostra que nada ou quase nada se aprende, utilizando o EaD.

A Corrente Proletária vem denunciando o EaD e o objetivo dos governos de aproveitarem a pandemia para impor essa modalidade privatista de educação. Os capitalistas, por meio da MP 936, aproveitaram também o isolamento social para suspender contratos e reduzir salários. Agora, com o retorno ao trabalho, intensificaram-se as demissões. Os governos, de todos os partidos, que inclui o PT, fazem o mesmo. Suspendem as aulas, colocam os professores e estudantes na quarentena, e tiram, da gaveta do MEC, a proposta do EaD na educação básica. Com o retorno às aulas presenciais, certamente, estarão aptos para decretar o uso do EaD para determinadas disciplinas. Essa será mais uma forma para reduzir os custos com manutenção das escolas e contratação de professores. Para os professores, a farsa do EaD significará redução de salas de aulas, aumento da quantidade de alunos por turma, demissões, a exemplo do que vem ocorrendo na rede privada de ensino. Para os estudantes, com o EaD, a educação se tornará cada vez mais um privilégio de uma camada minoritária da população.

O fato do governo Fátima estar conseguindo avançar na implementação do EaD se deve, em grande parte, à colaboração da direção do SINTE. A burocracia do sindicato, que suspendeu a greve por meio virtual, se negou a convocar uma assembleia, para

que os professores aprovassem a campanha de rejeição ao EaD e a luta para impor o reajuste salarial, conforme decisão do movimento grevista. Com isso, prevaleceu a pressão do governo e dos diretores de escolas. Os professores, no isolamento social, se dividiram. Os que se puseram a efetivar o EaD, certamente, estavam temerosos de alguma punição por parte do governo. A divisão entre os professores favorece a implantação do EaD. A direção do SINTE é responsável por essa divisão, e pelo avanço do EaD no estado. Os setores que resistem a tais medidas devem exigir que o sindicato convoque, imediatamente, a assembleia para que coletivamente se aprove o caminho da resistência ao EaD, e a retomada da luta pelo reajuste imediato dos salários. A assembleia presencial tem a tarefa de discutir a redução da carga horária, com reorganização dos conteúdos, evitando, assim, que professores e estudantes sejam penalizados com a ampliação da carga horária diária, anulação de férias, etc.

A Corrente Proletária insiste em apontar que o EaD é uma excrescência do capitalismo, em sua etapa de decomposição. Com a pandemia, os governos impuseram a política burguesa do isolamento social. Diante da quarentena, a burguesia colocou em marcha o EaD na educação básica. A justificativa era a de manter o conteúdo “planejado”, no início do ano letivo. Assim, obrigaram os professores, estudantes e pais a uma tarefa de se adequarem a um modelo de ensino extremamente individualista, memorístico e enfadonho. Em pouco tempo, se escancarou uma dura realidade. Ou seja, a educação virtual se choca com as condições econômicas da maioria das famílias (pais e estudantes), e com um contingente significativo de professores. Em um País com milhões vivendo na pobreza e miséria, e com uma massa de professores recebendo pouco mais de três salários mínimos de fome do governo, e sendo obrigado a ampliar a jornada de trabalho para poder sobreviver, o EaD já nasceu morto. A crise da educação, que é reflexo da decomposição do capitalismo, foi potenciada com a farsa do EaD. Isso porque a educação virtual rompe, assim, um de seus últimos vínculos com a realidade, o que aprofunda a sua crise histórica. Trata-se, portanto, de uma fórmula de ensino que favorece unicamente aos capitalistas. Não podemos esquecer que a implantação do EaD na educação básica era e é uma das metas do governo. A reforma do ensino médio tem esse propósito. Os governos, agora, aproveitam a pandemia para implantá-lo de forma forçada.

Será por meio da organização dos professores, em assembleia, que se travará um combate ao EaD. E se aprovará a luta por: 1) nenhum corte de benefícios ou atraso de salários; 2) pagamento em dia das horas suplementares e gratificações; 3) nenhuma demissão de terceirizados; 4) redução imediata de alunos por sala, não mais que 25 alunos; 5) reabertura imediata de salas e turnos fechados, e construção de novas escolas; 6) plano emergencial de reforma das escolas e compra de materiais para garantir as condições básicas de ensino, de higiene e de proteção no trabalho.

Ceará**Pandemia, Ensino a distância e retirada de direitos**

A crise sanitária no Ceará se agravou, nas últimas semanas. O Ceará já registra quase 60 mil casos confirmados, e 3.666 mortes, segundo dados oficiais. Segundo a Secretaria de Saúde do estado (SESA), no dia 04/06, o Ceará registrou mais de 300 óbitos, em pouco mais de 24h. O estado teve uma média de 74,9 óbitos/dia, em maio, e, neste começo de junho, o número de mortes por 100 mil habitantes aumentou em 67% (22,3 para 37,3). O sistema de saúde pública passa longe de atender adequadamente os doentes. O crescimento assombroso da epidemia, consequência de sua chegada aos bairros pobres e favelas, onde não há, nem nunca houve, condições para o isolamento, choca-se com a inflexibilidade dos capitalistas em retomar a economia. Camilo Santana (PT) e Roberto Cláudio (PDT) anunciaram, no dia 26/05, o plano de reabertura da economia por etapas e setores, concluindo em 20 de julho, com a volta total das aulas presenciais da rede pública e privada.

Campanha de terror do Sindiute

A notícia da volta às aulas, ainda que para ocorrer apenas depois de um mês e meio, tem provocado temores e preocupação nos professores, muitos dos quais em idade avançada, portadores de doenças crônicas, readaptados, etc. O Sindiute (PT), que já aceitou a retirada de 1/3 do abono de férias pela prefeitura, alegando que é melhor isso do que não receber os salários em dia, agora faz um discurso de terror, para que os professores aceitem, resignados, a volta às aulas. Diz que o governo poderá implantar a EaD e demitir, caso a categoria não retome o trabalho. A CPE tem denunciado a colaboração do Sindicato com a prefeitura. O prefeito, Roberto Claudio, aproveitando-se do recuo da categoria, disse que não mais pagará a antecipação de 40% do 13º em junho, alegando dificuldades financeiras. É preciso lutar contra a burocracia sindical, e defender que os capitalistas paguem pela crise, não o funcionalismo. Exigimos direito de férias, abono de 1/3 e nosso 13º, já!

Reitor biônico da UFC quer aulas online ainda em junho

O reitor da UFC (nomeado por Bolsonaro), Cândido Albuquerque, impôs a resolução nº 11, para alterar o funcionamento do conselho universitário (CONSUNI), e permitir seu pleno controle. Seu objetivo é estabelecer retorno das aulas na modalidade EaD, até o final deste mês. Argumenta que fez uma consulta com es-

tudantes, mas os números oficiais divulgados mostram que 75%, ou não informaram sua situação, ou não o puderam, por falta de acesso a internet. A volta das aulas sob o EaD prejudica uma enorme parcela, que não tem acesso à rede. Por outro lado, a situação precária de muitos, quanto à moradia, determina que esta parcela não possa estudar em casa. Além disso, o EaD significa a máxima degradação das condições de ensino, avanço da mercantilização, e condições propícias para demissões. A CPE luta no interior da universidade para que o movimento estudantil tenha independência frente às disputas interburocráticas, e lute com um programa próprio contra o interventor.

Camilo Santana abre espaço à EaD

Na rede pública estadual, tal como na municipal de Fortaleza, as aulas foram suspensas, e passaram a vigorar as chamadas “atividades remotas” e trabalho domiciliar dos professores. Em algumas escolas, por orientação da SEDUC, foram implantadas aulas online. Segundo notícias, Camilo comprou o serviço do Google, e estuda a percentagem de alunos com acesso à internet. As condições de legislação e técnicas para que o ensino a distância avance no ensino médio estão dadas. Camilo e o PT nunca se opuseram por princípio ao EaD e à atividade empresarial que o acompanha. A suspensão das aulas abriu um imenso campo para a experimentação de projetos. As condições financeiras do estado podem motivar o governo a poupar dinheiro com educação, valendo-se de programas de software nas escolas. A lei da reforma do ensino médio (13.415/08) assim o permite. É necessário, portanto, lutar contra as aulas online e todas as possibilidades abertas de EaD.

Nossas Tarefas

O aumento da mortandade pela pandemia é acompanhado da piora das condições de vida dos explorados. Milhares sequer receberam a miséria do auxílio emergencial, no Ceará. O desemprego aumentou, direitos foram retirados, e os que trabalham por conta própria entraram em desespero. Estudantes, professores e demais trabalhadores precisam encontrar o caminho da luta por condições de vida digna e contra os ataques à educação. Os explorados precisam exigir dos sindicatos, grêmios, associações de bairros, etc. a organização da luta imediata por um plano de emergência. O POR levanta a bandeira de que os capitalistas paguem pela crise de seu sistema moribundo. Que os explorados façam valer essa tarefa!

**NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:****Revista Proletária na Educação**

O nono número da Revista Proletária revela os fundamentos ideológicos e objetivos econômicos que estão na base do avanço ao obscurantismo, à militarização e à privatização em todos os níveis do ensino. Desenvolve, fundamentalmente, as bandeiras e os métodos que estão na base do programa do proletariado, para construir uma nova educação produto da revolução proletária, e da construção do socialismo.



USP**Direção do CEFISMA se alia à burocracia universitária para sustentar o EAD**

O CEFISMA, Centro Acadêmico do Instituto de Física da USP – sob a direção da UJC (juventude do PCB) e Ação Subversiva – vem atuando em conjunto com a diretoria do IFUSP, para manter as aulas à distância e, conseqüentemente, ampliar a precarização do ensino e barrar aqueles que não têm acesso à internet.

Em abril, a direção do CEFISMA passou a se articular diretamente com a diretoria do IFUSP, assumindo restrita e exclusivamente a intervenção nos fóruns burocráticos da universidade, cuja representação estudantil é mínima e inócua. Publicou uma nota defendendo a possibilidade para prosseguir com o semestre. Declarou que o cancelamento ou adiamento seria uma melhor opção, porém, acrescentou uma série de “problemas”, para concluir com a divulgação do planejamento institucional do semestre.

Após uma série de queixas do corpo estudantil, ao posicionamento burocrático da direção, esta hipocritamente declara que a entidade é apenas uma “ponte entre os estudantes e a diretoria do IFUSP”, e que, “um centro acadêmico”, conseqüentemente, o corpo estudantil, “não possui poder de tomar diretamente qualquer decisão pelo instituto”.

Mediante a manutenção das cobranças por um espaço deliberativo, coube à diretoria do Instituto de Física abrir “concessão”, materializada por meio de um formulário. À direção do CEFISMA, coube apenas apoiar a iniciativa. Neste formulário, não constava a possibilidade de rechaçar o ensino à distância, mas, tão somente, o seu “aperfeiçoamento”. Em posterior reunião entre diretores do CEFISMA e a diretoria do Instituto, apenas se alinhavou os detalhes no campo da manutenção das aulas online.

Decorridos mais de dois meses de aulas online, e, após acúmulo de reclamações e cobranças dos estudantes, a direção do CEFISMA procurou atenuar a pressão, apresentando novo formulário. Vaalendo-se de porta voz da burocracia, declarou que, por meio da opinião dos alunos, o Instituto está “tentando buscar meios de melhorar as atividades online”. De fato, o novo formulário era praticamente uma reprise do anterior, na medida em que se colocava no campo da minimização dos impactos negativos das aulas à distância.

Com base no resultado do formulário, a direção do CEFISMA convocou uma reunião online, para discussão das propostas a serem encaminhadas pelo representante discente à burocracia. Mas, a direção do CEFISMA apenas enunciou uma série de propostas já prontas, para o simples conhecimento dos estudantes, não estando aberta à votação. Aos discordantes, propôs-se ir e posicionar-se individualmente na reunião com a burocracia.

Em suma, UJC/PCB e Ação Subversiva conciliam com a burocracia do Instituto de Física, avalizando a destruição da educação pública, em benefício da excrescência do ensino à distância, tornando-se corresponsáveis por todos os prejuízos aos estudantes, em particular, àqueles que não têm acesso à internet. A UJC/PCB e Ação Subversiva são corresponsáveis pelos abandonos e por possíveis desistências do curso. A atual direção do CEFISMA, ao fazer uso da conciliação com a burocracia, se volta inevitavelmente contra uma questão elementar dos estudantes: o direito a estudar. Essa direção deve ser superada por uma direção revolucionária.

Afuse**Direção da Afuse apoia a farsa da formação à distância**

No dia 15 de maio, o governo de São Paulo divulgou o Decreto N°64.982, que institui o CMSP (Programa Centro de Mídias da Educação de São Paulo), e regulamentou o ensino a distância. Diante da aplicação do ensino a distância, a direção do sindicato dos funcionários de escola, AFUSE, não perdeu a oportunidade para aderir esse modelo de ensino. Assim, a pandemia e o isolamento social foram a desculpa para implantar um curso de formação profissional para os funcionários da educação.

A burocracia da Afuse fez uma discussão com o secretário da educação, Rossieli, por meio de uma Live. Houve concordância com a criação dos cursos profissionalizantes on-line. Ao invés de exigir do secretário reajuste salarial e melhorias nas condições de trabalho, foi selar o compromisso de realizar a formação dos funcionários por meio do ensino a distância. Após a negociação, os burocratas conciliadores disseram que os funcionários de escola precisam acompanhar as mudanças tecnológicas, e nada melhor do que uma formação profissional on-line.

Quando Doria suspendeu as aulas, os primeiros atingidos foram os trabalhadores terceirizados da cozinha e da limpeza das escolas. Uma parte foi imediatamente demitida, e outra teve a

redução salarial e o corte da cesta básica. Dessa trágica situação, os dirigentes da Afuse não se preocupam. Como também dão as costas para os salários arrochados há anos dos agentes escolares. Esses burocratas, que não vivem com os salários de um funcionário de escola, pouco se importam com o piso salarial miserável e duras condições de trabalho.

É urgente a constituição de uma oposição na Afuse. Essa burocracia, que há décadas se apropriou do sindicato, tem de ser rechaçada. É necessário que os funcionários mais conscientes tomem para si essa tarefa. O sindicato é um organismo criado pelos trabalhadores, porém, nas mãos da burocracia sindical colaboracionista tem servido de porta-voz da política dos governos. Recuperar o sindicato, torná-lo independente da política burguesa, democrática, e a serviço da luta dos trabalhadores, deve ser o objetivo de uma oposição classista. O ponto de partida está na defesa das reivindicações e métodos próprios de luta dos explorados. Para isso, devemos exigir a convocação de assembleia, para que os funcionários, coletivamente, rejeitem a farsa do curso de formação, e aprovelem o caminho para enfrentar os ataques de Doria e Bolsonaro.

Rio Grande do Norte

Movimento estudantil

Em defesa de nossa educação e de nossas vidas!

Um ano depois do “Tsunami da Educação”, os estudantes se encontram novamente num embate contra o governo. Mas, diferente da grande manifestação do ano anterior, o 15 de maio deste ano contou apenas com um ato virtual. A situação mostra o quão frágil está o movimento estudantil, pois, mesmo antes do ano letivo ter início, a Educação já sofria ataques. E a crise de direção revolucionária, somada à suspensão das aulas devido à pandemia, resulta na impossibilidade de responder a esses ataques.

Aproveitando-se do medo causado pela Covid-19, os governos fazem o que querem, esperando que estudantes e professores aceitem sem resistência. Exemplos disso são: a imposição do ensino a distância (“atividades não-presenciais”), relutância no adiamento do ENEM, parcelamento do Piso Salarial dos professores da rede estadual do RN, intervenção na escolha do reitor do IFRN.

Para sustentar tais medidas, os governos se escondem por trás de falsas justificativas, como a utilizada na propaganda do MEC, “imagine perder uma geração de profissionais”. Se a preocupação fosse a formação de profissionais, o ENEM seria extinto, e todos teriam acesso à universidade pública, o ensino a distância não seria imposto, pois, pesquisas já mostraram que os resultados são piores que os do ensino presencial. Se a preocupação fosse com a formação de profissionais, o governo acabaria com toda e qualquer desigualdade entre os estudantes, além de garantir emprego para todos.

Há anos, a educação pública vem sendo destruída e sucateada, não só estruturalmente, com escolas em ruínas, mas em seu método de ensino. A didática conteudista e memorística resulta na evasão, na falta de interesse e de perspectiva de milhares de alunos. Que não enxergam na escola um caminho para um futuro melhor. O método científico, discutido nas aulas de bio-

logia, por exemplo, está longe de ser aplicado na prática. Como se pode aprender algo apenas ouvindo e imaginando que se é desta ou daquela forma, decorando o conteúdo apenas para a prova, e o esquecendo ~~daquilo~~ no bimestre seguinte? A escola burguesa está longe de atingir o objetivo de ensinar algo, de garantir um futuro estável para a juventude.

O ensino a distância, ou “atividades não-presenciais”, que se mostra agora como solução, é a forma dos governos e capitalistas disfarçarem, com “tecnologia”, todo seu descaso e desprezo pela educação pública. A mesma velha e memorística escola, mais excludente ainda.

Já foi provado que nenhum governo burguês é capaz de defender e realizar qualquer uma das reivindicações dos estudantes e demais explorados. O capitalismo em decomposição guarda o pior para a juventude. E mesmo que, para os estudantes mais oprimidos, isso já esteja claro, as direções continuam alimentando ilusões reformistas, o que enfraquece o movimento. É preciso deixar claro que, quando o movimento estudantil enfraquece e concilia com as medidas dos governos, os estudantes “ganham” em troca aumento da pobreza, falta de oportunidades, e são jogados cada vez mais para a violência.

Mais do que nunca, é preciso organizar o movimento estudantil para construir a luta em defesa da educação pública, gratuita, científica e vinculada à produção social, e pela derrubada do capitalismo. Os jovens já estão cheios desta realidade, que não os oferece nada, além da violência, desemprego e miséria. Os estudantes precisam construir sua direção revolucionária, que não se curve para nenhum governo, que não tenha medo de lutar com afinco por um mundo melhor para a juventude e todos os explorados. Que cumpra seu papel de auxiliar na luta pela revolução proletária e o socialismo.

Militantes do POR participam de debate sobre a situação da juventude

No dia 26 de maio de 2020, ocorreu o debate “Situação da juventude na crise econômica e sanitária”, organizado pela Seção São Paulo do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE-SP). Dentre os convidados, estavam dois militantes do POR, um professor e um estudante do IFSP, e uma militante do Movimento Correnteza, coletivo da União da Juventude Revolucionária/PCR/UP, estudante do IFSP.

O debate que ocorreu em três blo-

cos teve início, após a apresentação do evento pela mediadora e a saudação da Coordenação do SINASEFE-SP. No primeiro bloco, a mediação realizou uma pergunta para cada convidado, para orientar as falas. Ao POR, coube falar sobre a importância do debate em questão e apresentar a situação atual da juventude. Assim, foi falado que os órgãos do imperialismo já sabiam da iminência de uma pandemia, desde setembro de 2019, conforme mostra o Relatório do Banco Mundial, intitulado “Um mundo em risco”, no entanto, nada fizeram no

sentido de preparar-se para o enfrentamento ao vírus. Enquanto a juventude burguesa protege-se do vírus, com a renda garantida pelas famílias, a juventude oprimida tem sido obrigada a permanecer em trabalhos precarizados, como no telemarketing, entregadores, etc., expondo-se à contaminação. Também foi dito que a juventude oprimida sequer pode ficar em suas casas, pois, acaba sendo morta pela polícia, como temos visto acontecer cotidianamente nas favelas.

Em seguida, a militante do Movi-

mento Correnteza, que também é Presidente do Diretório Acadêmico das Licenciaturas do IFSP, ressaltou que “o ministro Abraham Weintraub, do governo fascista, antipopular, anti-povo, e anti-juventude de Bolsonaro, não representa os estudantes”. Caracterizou que o adiamento do ENEM, aprovado pelo Senado, foi uma vitória do movimento estudantil. Destacou a importância das campanhas de solidariedade realizadas pela comunidade do IFSP, atendendo estudantes e comunidades adjacentes aos campi com entrega de cestas básicas.

alas militares, e que defende o lucro acima da vida.

O POR considerou a distinção entre o método científico do isolamento social e a política burguesa do isolamento, aplicada pelos governos estaduais e federal, dicotomia que não foi considerada por nenhuma outra corrente. Criticou a política da esquerda pequeno-burguesa, que não organizou os explorados, criando ilusões de que se poderiam resolver os problemas por meio da institucionalidade burguesa, como a política fictícia do “impeachment popular”. Desta forma, o eixo desta parte

isso seria um contrassenso ao movimento, que respeita a nossa saúde. Disse que sindicatos estão fazendo atos, e que a política deve ser pela abertura de novos hospitais de campanha. Ressaltou que tirar Bolsonaro do poder significa morrer menos gente, e que precisamos tirá-lo para que não morram mais dos nossos. Afirmou que ainda não temos possibilidade de estar no poder, mas que continuará trabalhando para isso, no panelaço, seja onde for.

Os poristas concluíram, fazendo alusão ao primeiro bloco de caracterização do imperialismo, época de revoluções e contrarrevoluções, onde não são possíveis as reformas progressivas. Frente a um comentário do público, de que chamar manifestações neste momento seria do agrado de Bolsonaro e que “os nossos tombariam”. A resposta foi direta: os nossos já estão tombando, e sem um plano próprio de emergência, continuarão tombando. Nossa resposta diante deste problema não deve ser moralizar as necessidades de luta das massas.

Os simpatizantes do POR que acompanharam o debate avaliaram que foi importante e perceberam a diferença da política proletária para a juventude e das políticas adaptadas ao jogo burguês. Ademais, chamamos a atenção para o fato de que, na noite do mesmo dia do debate, as massas oprimidas dos Estados Unidos tomaram as ruas do país, contra a violência da polícia e do Estado, gerando a maior onda de protestos contra o racismo, desde 1968. Na América Latina, outros protestos ocorreram e, no domingo seguinte ao debate, o Brasil viu diversos atos de rua. Praticamente todas as correntes de esquerda que se posicionaram contra encontros e manifestações presenciais durante todo esse período, de uma hora para outra, passaram a apoiar os protestos massivos. Ora, para que fosse coerente com sua política, deveriam condená-los, defendendo que os manifestantes voltassem para casa e ficassem isolados. Outra opção seria fazer uma autocrítica do erro de sua política. No entanto, nada disso aconteceu, evidenciando, uma vez mais, a inconsequência da esquerda pequeno-burguesa, assim como a crise de direção pela qual passamos em todo o mundo.

[O POR] Criticou a política da esquerda pequeno-burguesa, que não organizou os explorados, criando ilusões de que se poderiam resolver os problemas por meio da institucionalidade burguesa, como a política fictícia do “impeachment popular”.

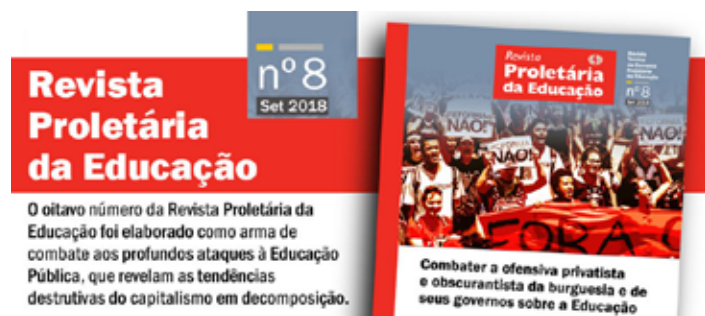
O POR encerrou este bloco apresentando alguns dados sobre a juventude, mas antes foi feita uma caracterização da fase de desenvolvimento capitalista em que vivemos, o imperialismo, e como este atua sobre a degradação da vida dos jovens. O capitalismo se encontra na beira do precipício, está completamente exposto, mas, ainda assim, muitos setores da esquerda, em vez de defenestrá-lo de vez, tentam mantê-lo em pé, ou ainda, amortecer sua queda.

O segundo bloco envolveu a discussão sobre as formas de resistência dos explorados e questões colocadas pelo público. A militante do Movimento Correnteza, disse que, apesar da juventude ser bastante enérgica, deve defender que se faça de fato a quarentena e o isolamento social diante da pandemia. Comentou que há movimentos de juventude nas favelas, denunciando que as apostilas do governo não chegaram. Ressaltou a importância de denunciar a irresponsabilidade do governo Bolsonaro, um fascista que tem apoio das

da intervenção foi a crise de direção revolucionária, e defendeu que os explorados precisam tomar a defesa da vida nas suas próprias mãos, chamando as assembleias, organizando a luta, construindo comitês de autodefesa, e impondo um plano próprio de emergência. A maior parte dos comentários do público foi de apoio à política porista.

No terceiro bloco, foram feitas as considerações finais. Declarou-se que não existe qualquer ilusão na possibilidade dos governos burgueses defenderem os trabalhadores de forma concreta, fazendo referência à fala da militante do Movimento Correnteza, sobre o lucro estar acima da vida no capitalismo. Acrescentou que, nos países semicolônias, o isolamento social para os explorados só seria possível com a auto-organização, citando como exemplo o caso de São Paulo, em que moradores da Baixada Santista tiveram que travar ruas com barricadas, em denúncia à política do governo do Estado, que adiantou feriados para aumentar a taxa de isolamento, gerando trânsito e aglomeração na região litorânea.

A militante da UP declarou que são contra a chamada de atos massivos neste momento, pois



INTENSIFICA-SE A DESTRUIÇÃO DA NATUREZA EM MEIO À CRISE CAPITALISTA

O desmatamento na Amazônia, em abril de 2020, foi 171% superior, em relação ao mesmo mês no ano de 2019. Segundo projeções, com base nas taxas de desmatamento em anos anteriores, as expectativas são de que entre 12 e 16 mil km² da floresta sejam eliminados no país, até o fim do ano. Isso pode configurar, na pior situação, a taxa de desmatamento na Amazônia mais alta, desde 2005, quando 19 mil km² de floresta foram perdidos. A taxa de aumento do desmatamento é proporcionalmente maior em terras indígenas. No governo Bolsonaro, mais de 100 propriedades privadas já foram declaradas legais em territórios indígenas, e os confrontos com povos nativos vêm intensificando-se. Adicionalmente, a tendência observada é que, devido ao desmatamento no Brasil, a emissão de gases pelo País, que contribuem para o efeito estufa, aumentará, em 2020, entre 10% e 20%, em relação ao ano de 2018 (último ano do qual se têm dados).

Esses números são implicações diretas das medidas mais incisivas, implementadas pelo governo Bolsonaro, a fim de ampliar os domínios agrícolas. No ano de 2019, mais de um terço do orçamento, de R\$ 3,2 bilhões, previsto para o Ministério do Meio Ambiente (MMA), não foi aplicado. Até o momento, já ocorreram mais de 20 exonerações no IBAMA, ICMBio e MMA. São de destaque, no MMA, as demissões do diretor e vice, que atuam no combate às mudanças climáticas, sem nomeação de substitutos para o cargo. No ICMBio, 18 chefes de unidades de conservação foram exonrados, ou despachados para sedes distantes dos focos de intervenção (algumas em outros estados), e suas 11 coordenações foram reduzidas a 5 gerências.

A viabilização da anulação de multas por crimes ambientais, mediante audiências de conciliação, fez com que, até o momento, apenas cinco, dentre milhares de multas aplicadas pelo IBAMA, não viessem a ser anuladas. Não obstante, o ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, declarou, na reunião ministerial do dia 22 de abril, que seria o momento de “ir passando a boiada”, e intensificar a redução de normas de regulamentação ambiental, aproveitando a distração causada pela pandemia (que já chegou aos povos indígenas, através da invasão de suas terras, e, até o dia 22 de maio, havia deixado 34 mortos, segundo os registros oficiais).

A política de destruição da natureza não é, contudo, uma particularidade do governo Bolsonaro, embora este a tenha aplicado vigorosamente. Trata-se de uma imposição de parte da burguesia, sobretudo a vinculada ao agronegócio. A necessidade de destruição da natureza – que implica, também, o choque com os povos indígenas, e, conseqüente, o aumento da opressão – é ampliada como consequência do aumento da crise estrutural do capitalismo.

A crise econômica, deflagrada em 2008, ampliou a concentração de capital e do monopólio da produção nas mãos de alguns poucos países, na medida em que aprofunda a condição dos países semicoloniais, de meros exportadores de matérias-primas e importadores de capital. Assim, a redução da pouca indústria existente nos países semicoloniais dá lugar à expansão de suas fronteiras agropecuárias, que, na América Latina, é responsável por 70% do desmatamento (sendo os outros 30% ligados principalmente à mineração, produção de madeira e papel, e atividades especulativas). A crise econômica também tende a agravar a capacidade financeira dos governos em conter o desmatamento.

Isso explica o fato de que, no Brasil, a tendência de queda

do desmatamento na Amazônia é encerrada justamente em 2013, quando a crise passa a atingir mais diretamente o país. Esse período coincide com o início dos cortes no orçamento do MMA, que sofreu uma queda superior a 30%, de 2013 a 2019. O desmatamento no país seguiu, nas últimas décadas, aos processos de especulação, venda de madeira, e produção de soja e gado. Os especuladores declaram novas propriedades em áreas desmatadas e em terras indígenas, vendem a madeira, convertem o terreno em pasto e, uma vez valorizado, o vendem para um produtor de gado ou, principalmente, de soja.

Nesse contexto, o Cerrado vem sendo proporcionalmente o mais atingido – atualmente se encontra com cerca de 20% de sua vegetação original e, segundo alguns estudos, irá inevitavelmente desaparecer, até 2030. O fato é que, independentemente das particularidades de cada país, a tendência à destruição da natureza é geral, e independe do governo. Um exemplo notável é o da Bolívia que, sob o governo de Evo Morales, teve, de janeiro a setembro de 2019, 21 mil km² de área atingida por queimadas, superior aos 16,3 mil km² de vegetação perdida na Amazônia e Cerrado, no Brasil, ao longo mesmo ano.

O aumento do desmatamento acompanha o aumento dos conflitos no campo e, sobretudo, a opressão aos povos indígenas. Pelo menos um terço das famílias envolvidas em conflitos por terra na Amazônia é indígena, e, quase 30% dos assassinatos, que ocorrem na região, são de indígenas. Sob nova direção, a FUNAI vem atuando, no sentido de favorecer a invasão às terras indígenas, por meio da anulação de processos de demarcação. Em maio, o órgão passou a se chocar com o Ministério Público Federal, após tentar viabilizar uma normativa, publicada em abril, que permite a grilagem de terras indígenas não demarcadas. O documento determinava a proibição de declarações de reconhecimento de propriedades somente em áreas indígenas já demarcadas. A determinação de novas demarcações indígenas poderia ser feita apenas por decreto presidencial.

A destruição da natureza e opressão aos povos indígenas são processos intrínsecos ao capitalismo, e só serão superadas com o seu fim. A conservação dos ecossistemas naturais e soberania das nações indígenas se chocam com os interesses vinculados ao capital e com a anarquia da produção capitalista. Somente o governo operário e camponês, tendo como uma das bases a expropriação dos grandes latifúndios, eliminará os conflitos no campo, preservando as terras dos povos indígenas e sua autodeterminação nacional. A transformação do controle privado da produção em controle social colocará fim à anarquia da produção capitalista. Isso eliminará o desperdício da produção (que atualmente corresponde a um terço de todos os alimentos produzidos no mundo), e viabilizará o emprego de alta tecnologia na produção, permitindo a concentração e diversificação da atividade agropecuária em pequenas áreas, eliminando a necessidade de expansão das fronteiras agrícolas.

Assim, a luta contra a destruição da natureza, no Brasil, converge necessariamente para a luta pela revolução e ditadura do proletariado, expressa por um governo operário e camponês. O fortalecimento do Partido Operário Revolucionário, que carrega essa estratégia programática, é parte da tarefa da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Categoria rejeita amplamente a fraude eleitoral no SINPEEM

Com o retorno às aulas, devemos exigir novas eleições

Realizou-se, no dia 22 de maio, a eleição para a Diretoria do SINPEEM. O pleito contou com 5.922 votos, num universo de quase 65 mil filiados. Foram 5.320 votos para a Chapa 1 – Compromisso e Luta (89,83%), e 542 para a Chapa 3 – Educadores em Luta/PCO (9,15%), além de 60 votos brancos. Assim, a chapa situacionista, com o vereador Cláudio Fonseca (Cidadania, ex-PPS) à frente, manteve a sua soberania, que já dura mais de três décadas, exercendo um controle burocrático e autoritário.

A particularidade desse processo esteve no seu caráter absolutamente fraudulento, com a disputa ocorrendo em plena pandemia, portanto, com as escolas fechadas. O resultado da manutenção da eleição, diante desse quadro, foi um amplo rechaço da categoria.

A eleição para a Diretoria ocorre a cada três anos. É importante retomar os números das últimas disputas, para compreender o fenômeno político em perspectiva. Em 2008, o total de votantes foi de 27.979, sendo que a chapa situacionista obteve 14.205 votos (50,86%); em 2011, foram 27.481 votantes, sendo 15.262 para a situação (55,54%); em 2014, o registro é de 5.962 votos totais, dos quais 3.648 foram para a Chapa 1 (61,19%) e, em 2017, 10.433 votantes, com 5.471 votos para os vencedores (52,96%).

Como se vê, houve uma queda bastante significativa na participação total entre 2011 e 2014. A explicação principal está no fato do governo ter retirado o abono de ponto no dia da votação, uma antiga conquista. No entanto, a política da burocracia sindical contribuiu para a despolitização, e uma parcela dos trabalhadores da educação não vê importância de se filiar ao sindicato e atuar para eleger direções verdadeiramente comprometidas com as reivindicações e com a luta para conquistá-las.

Quando o então prefeito, Fernando Haddad (PT), realizou esse ataque à nossa organização sindical, deixando de conceder o abono para a votação, a resposta que se esperava da direção era, em primeiro lugar, a de mobilizar amplamente a categoria contra a medida governamental, mas não o fez. Tomando a situação como dada, cabia ao menos aproximar o processo do chão-de-escola, ampliar a democracia no sindicato, e criar todas as condições para que o processo eleitoral fosse o mais democrático possível – discussão dos programas das chapas concorrentes e balanço político da gestão – visando a atingir a grande maioria das escolas. Ao contrário, nada foi feito. A direção burocrática preferiu apostar numa eleição com urna eletrônica, em pontos fixos.

Desse modo, os trabalhadores tiveram que sair de suas unidades, após o horário de trabalho para votar. Considerando o fato de muitos acumularem cargos, e não terem tempo para realizar esse deslocamento – somado à despolitização de uma parcela da classe –, o resultado acabou sendo um quórum baixíssimo: dos 55 mil que eram associados à época, somente 10%, aproximadamente, acabaram votando. Impressiona a reduzida cifra de 3.648 votos para o Cláudio Fonseca.

Em função desse evidente fracasso, a direção majoritária optou por outra forma de aferir os votos, introduzindo o voto on-line, em 2017. De fato, o quórum aumentou de quase 6 mil para perto de 10,5 mil, servindo de argumento para o presidente, diante dos

protestos de setores da oposição, justificar a suposta correção da medida.

Acontece que o problema não só não foi resolvido, como foi piorado, mediante a adoção do despolitizado método de eleição on-line. Vale assinalar que o total de votantes em 2011 foi em torno de 27,5 mil, de maneira que a queda para os 10,5 mil de 2017 indica uma perda brutal de legitimidade diante do conjunto dos trabalhadores. O Cláudio Fonseca, é claro, tentou tirar de cima dos seus ombros a responsabilidade, colocando-a sobre o petista Haddad e, ao mesmo tempo, não perdeu a chance de acusar a oposição de ser “atrasada”, dado que o emprego do recurso via internet estaria, segundo o seu juízo, em consonância com a modernidade do século XXI.

O método on-line é despolitizado, justamente porque afasta o processo dos seus maiores interessados, que são os próprios trabalhadores. Perde-se a principal função da disputa pela direção, que é o debate de balanço da gestão que se encerra, e a indicação das perspectivas para o combate futuro. Quando não há esse enraizamento, os trabalhadores perdem ainda mais o controle sobre a sua ferramenta de luta, que passa a comparecer como algo alheio e distante de suas necessidades, pairando a desconfiança e o descrédito.

Esse afastamento tem sido sistematicamente reforçado pela atitude centralizadora e autoritária da direção majoritária e do presidente, Cláudio Fonseca, o qual age no dia-a-dia como um caudilho, usando a desqualificação dos adversários políticos e o assistencialismo como métodos recorrentes para se perpetuar no poder. Isso sem falar nas circunstâncias decisivas, especialmente quando do encerramento de mobilizações e greves. O exemplo do que ocorreu em 2012 é emblemático: a maioria da assembleia, que votou pela continuidade da greve, foi golpeada com o anúncio invertido da votação, gerando uma enorme revolta entre os trabalhadores.

Fazer a eleição on-line em plena pandemia, nesse sentido, só confirmou e agravou esse distanciamento em relação à base. Realizar a disputa sem campanha nas escolas, quando os trabalhadores se encontravam em suas casas, cumprindo a quarentena, serviu para escancarar o burocratismo e o caráter fraudulento da eleição, tratada como uma mera formalidade. Seu destino, todos sabiam de antemão, era referendar a mesma camarilha, encastelada há tanto tempo na Diretoria.

Percebendo essa tendência, setores oposicionistas passaram a discutir como dar a resposta política, inicialmente com uma campanha em favor do adiamento das eleições. Havia uma possibilidade de que a denúncia forçasse a burocracia sindical a ceder. E ela de fato balançou, haja vista o pedido de suspensão, apresentado à Comissão Eleitoral pelo próprio Cláudio – evento que, mais tarde, veio a se confirmar como uma patética encenação. Tratava-se de dar uma satisfação à sua base e à rede. Essa etapa da luta se encerrou, entretanto, quando a direção majoritária lançou uma nota confirmando que não alteraria o calendário, alegando hipotéticos problemas legais, de representação da categoria.

O que estava por trás dessa decisão absurda? Pelo país afora,

vimos exemplos de outros sindicatos, que adiaram as suas eleições, em razão da pandemia. Por que o Cláudio não os seguiu? Existem pelo menos três elementos que precisam ser elencados, para explicar tal escolha: primeiro, não podemos ignorar o domínio de mais de três décadas. Uma direção com esse histórico se sente confortável para cometer qualquer barbaridade, se acha inatingível. Segundo, havia o problema da interferência das eleições burguesas – lembrando que o Cláudio é vereador e candidato à reeleição. Não se tratava tão somente de cumprir o prazo para desincompatibilização; o Cláudio queria driblar o inconveniente de disputar a eleição sindical concorrendo, simultaneamente, ao cargo de vereador, na base do prefeito do PSDB – como se passou na última eleição, quando o santinho do Cláudio ao lado do Doria circulou amplamente entre os trabalhadores municipais. É evidente que essa imagem coloca em dúvida, não só a sua idoneidade, como a esperada independência de um presidente de sindicato diante do governo. Terceiro, já havia realizado a eleição on-line, que lhe garantiu a permanência na direção do sindicato. Portanto, o modelo virtual já era conhecido dos trabalhadores.

Configurado o golpe, com a persistência do calendário, três das cinco chapas que se inscreveram inicialmente entregaram, em ato simbólico na sede do sindicato, o documento oficial de remoção das suas candidaturas, publicando, inclusive, uma nota conjunta de protesto contra a manutenção da eleição. Restou, então, ao lado da chapa situacionista, a Chapa 3 – ligada ao PCO (Partido da Causa Operária). Este agrupamento se aproveitou de forma oportunista da retirada das outras chapas concorrentes, vendo aí uma brecha para se projetar diante da categoria, não se importando com o fato de estar legitimando o teatro montado pelo Cláudio – e este, como de costume, aproveitou a deixa para fazer a sua demagogia corriqueira em torno das eleições “democráticas” do SINPEEM.

Como não tinha maneira de justificar o injustificável, o PCO passou ao ataque. Qualificou os que se retiraram de “fujões”. Publicou artigos e documentos protocolados pelo adiamento das eleições, tudo para tentar se livrar da imagem de quinta-coluna do Cláudio. Inclusive, disse ter entrado na Justiça comum para adiar a eleição, atitude grave tomada completamente à margem da categoria. Grave, pois, coloca um órgão do Estado burguês, que é a Justiça, para arbitrar os conflitos ocorridos no interior do nosso sindicato.

Outro argumento que o PCO utilizou para permanecer no pleito foi o de que as eleições no SINPEEM são sempre fraudulentas, e que a retirada só facilitaria o trabalho sujo do Cláudio. Assim, PCO empregou uma premissa correta – a fraude é recorrente mesmo – para tentar explicar o erro de não retirar a sua candidatura. O fato inegável, omitido pelo PCO, contudo, é que a realização de uma eleição sem campanha, com as escolas fechadas, ultrapassa qualquer limite.

A resposta, no final das contas, foi dada pelos próprios trabalhadores: a permanência do PCO é que facilitou o trabalho sujo do Cláudio Fonseca, na medida em que serviu ao seu discurso demagógico. A categoria enxergou o problema, e atendeu, não à campanha quixotesca do PCO, e sim ao chamado de boicote levantado pelos setores de oposição – houve perto de 90% de abstenção, e mais alguns votos brancos.

O quadro que temos agora exige todo o cuidado. Se é verdade o que dissemos no primeiro parágrafo deste texto, que a chapa situacionista manteve a sua soberania, também é verdade que não conseguiu arrancar votos da oposição – teve 5,4 mil em 2017 e 5,3 mil em 2020. E ainda terá de arcar com o ônus de ter insistido nessa eleição fraudulenta. A nova Diretoria nascerá diante de uma

considerável desconfiança da classe.

Cabe aos setores oposicionistas dar um conteúdo político classista à essa insatisfação. Certamente, teremos de combater a confusão entre classe e direção, que tem levado uma parcela ao erro da desfiliação. Em outras palavras, teremos de demonstrar que é a burocracia que deve ser varrida da direção, para que os trabalhadores retomem a sua ferramenta histórica de luta (o sindicato) em suas mãos.

É o que a conjuntura tem exigido e exigirá cada vez mais. A crise estrutural do capitalismo não dará trégua, e a burguesia seguirá firme em seu intento de despejar o prejuízo sobre os ombros dos explorados. Trata-se da resposta capitalista ao desmoronamento econômico: arrocho salarial, demissões, precarização das relações de trabalho, retirada de direitos, etc. É o que o capitalismo apodrecido tem a oferecer aos oprimidos, no Brasil e no resto do mundo.

Já sabemos, pela experiência acumulada em anos de choque com essa burocracia corrompida, que ela seguirá na trilha da conciliação de classes. Sendo assim, uma enorme responsabilidade recai sobre as costas da oposição. E aí se coloca outro problema: a oposição se encontra extremamente desorganizada. Existem muitos agrupamentos que se reivindicam oposicionistas – alguns, inclusive, montaram chapas. O peso maior, com uma expressão considerável junto à base, se articula por meio da frente intitulada Unidade da Oposição, dirigida por correntes do PSOL, que conta com a participação do PSTU.

A Corrente Proletária na Educação (POR) também compõe a Unidade da Oposição. Nesta eleição, em específico, nos retiramos da construção chapa, por divergências de método, conforme carta aberta divulgada, na ocasião. Seguimos, todavia, defendendo a necessidade da unidade para derrotar a burocracia sindical.

O fortalecimento da oposição é uma tarefa inadiável. E não há outro caminho para chegar a esse fim, a não ser se guiando pelos princípios da independência de classe, da democracia operária, e do método da ação direta das massas. É preciso empreender um forte trabalho de base, com plenárias e uma publicação regulares. A Unidade da Oposição, não obstante, se tem recusado a seguir esse caminho. Há que corrigir essa conduta, começando pela convocação de uma plenária aberta, para fazer um rigoroso balanço dessa eleição, e assinalar um programa de ação para enfrentar os desafios da conjuntura.

A eleição para o Conselho Geral do SINPEEM, a rigor, está mantida e acontecerá em breve. Fora isso, a questão da eleição fraudulenta para a Diretoria não pode simplesmente ser dada como favas contadas. Cabe à oposição levar adiante uma campanha, que deve iniciar imediatamente, pela convocação de uma assembleia geral da categoria. São os próprios trabalhadores que devem emitir o seu parecer sobre o processo eleitoral. A Corrente Proletária defende que haja novas eleições, após a retomada das aulas presenciais, precedida de assembleia. Que se aprove o fim das eleições on-line, e abertura de um processo democrático, para que os trabalhadores da educação possam verdadeiramente eleger uma nova direção, classista, para o sindicato. Cabe, também, à assembleia aprovar o caminho da luta para enfrentar as duras medidas impostas pelos governos, entre elas a farsa do EaD.

Não será possível derrotar a burocracia sindical e a burguesia, se não for pelo caminho da defesa intransigente das reivindicações mais sentidas dos explorados, com o método da ação direta, apontando, simultaneamente, a estratégia própria de poder da classe operária, que é o governo operário e camponês, fruto da revolução proletária.

Nesta edição:

- **EUA:** Levante nos EUA reflete as convulsões sociais que emergem em meio à crise capitalista.
- **Bolívia:** Inicia-se a chamada “quarentena dinâmica”, nas piores condições.
- **Argentina:** Aproveita-se da crise sanitária para descarregar a crise econômica sobre o conjunto dos trabalhadores, aqui e no mundo / A repressão em época de quarentena.
- **China:** Aprovada a “lei de segurança nacional” para Hong Kong.
- **Lênin:** *Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.*

**Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

Levante nos EUA reflete as convulsões sociais que emergem em meio à crise capitalista

O levante nacional das massas oprimidas dos Estados Unidos teve por estopim o assassinato de George Floyd, homem negro, que morreu asfixiado pelo policial branco Derek Chauvin, em Minneapolis, estado de Minnesota. Chama a atenção a participação significativa de brancos em meio à multidão de negros, que tomou as ruas das principais cidades do país.

As manifestações se transformaram em levante popular, que continua, apesar do policial Chauvin ter sido preso por assassinato (culposos - “sem intenção de matar”). Sua magnitude e radicalização (queima de prédios policiais, destruição de patrulhas, saques, e enfrentamento com as forças repressivas) lembram os protestos pela morte de Rodney King, em 1992, as mobilizações contra a violência racial da polícia em Ferguson (Missouri), em 2014, e um ano depois, em Baltimore (Maryland).

Na capital, Washington, milhares protestaram diante da Casa Branca, e queimaram prédios, dentre eles, a sede da AFL-CIO (Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais). Assim, se manifestou a raiva instintiva dos explorados contra a maior central sindical dos EUA, que não moveu uma palha em defesa da vida das massas na pandemia, e se constituiu em uma agência do governo, traindo as mais recentes greves em defesa dos empregos e salários.

Milhares de manifestantes não respeitam o toque de recolher, decretados em mais de 25 estados, contínuos saques, enfrentamento de massas contra a repressão, e a crescente ofensiva política da burguesia para esmagar os protestos, militarizando o país, formam a imagem dos Estados Unidos, que atravessa a pior recessão de sua história.

Bases materiais do levante

Milhares de negros são submetidos todos os anos à violência policial e institucional. Dezenas morrem, sem serem parte das estatísticas dos chamados “crimes de ódio”. O risco de um negro morrer nas mãos da polícia é mais de 22 vezes maior que o de um jovem branco. Por sua vez, os brancos, em média, ganham 50% a mais que os negros. A maioria dos desempregados é de negros. Quadro que se agrava com os milhões de empregos destruídos durante a pandemia.

As massas negras suportam as mais altas taxas das mortes e problemas de saúde decorrentes da pandemia, embora constitu-

am 25% da população dos EUA. A sua maioria não tem um seguro médico. A saúde norte-americana é totalmente privada, e muito cara. Os negros, mais pobres e miseráveis, estão impedidos de acesso a tratamentos emergenciais e crônicos.

Os estragos da pandemia à vida, salários e empregos, a violência racista que caracteriza o capitalismo norte-americano, e o fracasso das medidas legais para reduzir a discriminação e opressão sobre os negros desencadearam agora, na atual fase da crise, o levante nacional.

Racismo nos EUA

O levante contra a violência racista não é um fenômeno conjuntural. Diferentemente, expressa as contradições do passado escravista e a integração das camadas negras à economia e à política, sem nunca lhes garantir igualdade real com os brancos.

Sobre essa base, ergue-se a política burguesa, que tem um marcado caráter segregacionista entre negros e brancos; e que perpassa todas as manifestações da vida econômica, civil e política. São inúmeras as lideranças políticas negras. Obama foi o primeiro presidente negro dos Estados Unidos. Nada mudou de substancial para os explorados negros. É notável como os policiais negros são adestrados a tratar os pobres e jovens negros como pré-dispostos ao crime.

Não surpreende o fracasso da política burguesa em contornar as periódicas crises e levantes populares de negros com medidas conjunturais, a exemplo das prisões e condenações (ainda que ultralimitada) de policiais brancos, acusados de “crimes de racismo”.

A ação policial expressa a estruturação histórica e social do país, refletindo as violentas contradições que decorrem da formação do capitalismo nos EUA, na base da superexploração da força de trabalho negra, de sua brutal opressão social, e da contínua segregação racial na vida civil e política. As campanhas da imprensa para descaracterizar a violência e as práticas segregacionistas da polícia, como sendo “uso excessivo da força policial” e “falta de preparo” procuram ocultar essas raízes sociais.

Não é possível reformar o estado

Para setores da intelectualidade acadêmica, da imprensa burguesa, e grande parte das lideranças do Partido Democrata, o assassinato de Floyd demonstrou que uma “mudança na sociedade norte-americana” é necessária. O que começaria reconhecendo o

“racismo estrutural”, e definindo políticas e medidas sociais para avançar em sua extinção. Mas, não é possível reformar um Estado cuja classe dominante branca recorre à violência racista, nas suas relações econômicas e políticas.

Nada será resolvido por meio da legislação, da democracia e do jogo parlamentar. A experiência histórica do movimento negro, que lutou consequentemente em defesa dos direitos civis e políticos, chocou-se contra essa estrutura e as instituições que se elevam por cima dela. Apesar de aprovada a Lei dos Direitos Civis, que eliminou da jurisprudência a segregação racial, em 1964, essa vitória democrática não alterou, no entanto, as travas econômicas e sociais, que impediam a ascensão social massiva de negros para a classe média – reservada aos brancos –, ficando assim submetidos ao embrutecimento, que resulta da superexploração assalariada, do desemprego, do crime, da miséria e da fome.

Em outras palavras: a luta permanente dos explorados negros pela igualdade real de direitos com os brancos evidencia quanto o racismo é uma manifestação da opressão de classe. É contra a existência da grande propriedade privada e da superexploração assalariada, que os protestos dos negros se chocam e batem constantemente. De forma que a eliminação da odiosa discriminação racial e a aplicação da real igualdade será conquistada tão somente pela revolução proletária. As denúncias contra a discriminação e violências raciais devem servir para impulsionar a luta de classes pela derrubada do poder burguês.

A militarização é a resposta burguesa à crise

Diante da revolta nacional, que começa a reunir as reivindicações econômicas e políticas mais amplas, Trump ameaçou enviar as Forças Armadas para conter os protestos, caracterizados de “atos de terrorismo doméstico”, organizados por “anarquistas profissionais”, “hordas violentas”, etc.

É parte da politicagem trumpista associar a “ineficácia repressiva” em alguns estados e cidades aos interesses eleitorais de prefeitos e governadores democratas, que, segundo Trump, deixam rolar os protestos e os saques. Mas, o certo é que todas as forças burguesas coincidem em esmagar a revolta das massas. Não há dúvida que há interesses eleitorais em meio à crise sanitária e social. Mas, o fundamental está em que a repressão desmedida pode intensificar a luta de classes, coisa que governadores e prefeitos não pretendem.

Governos democratas e republicanos seguem a mesma cartilha de descarregar a crise e desagregação capitalistas sobre os explorados. Certamente, o caráter nacional e radicalizado dos protestos alertou os governos, de que poderiam superar seu caráter reivindicativo inicial, e começar a colocar um programa de defesa emergencial da vida das massas, fortemente atingidas pela pandemia e a destruição de seus empregos, salários e condições de existência, bem como pela repressão em vários níveis. A militarização do país é uma resposta preventiva da burguesia para enfrentar um choque de classes, o que exige aumentar o aparelhamento do Estado policial, e agir repressivamente para impedir a projeção da luta das massas.

Crise de direção

Segundo um manifestante, “os protestos são por George Floyd” mas “para muita gente isso foi apenas o ponto de ebulição”, uma vez que os negros estão “acostumados a ver a violência”, de forma que não restava outra opção, senão reagir. Outro manifestante, afir-

mou: “Levamos anos, tentando fazer as coisas de forma pacífica, desde Martin Luther King, e fizeram-no pagar, esta é a única maneira, e temos provado de muitas”.

Visando a desmobilizar os revoltados, jornalistas e especialistas assinalaram o perigo do contágio pelo Covid-19. Evidentemente, trata-se de uma manobra discursiva, que prega a moral burguesa da “responsabilidade social”, para favorecer a “desmobilização pacífica”. Objetivamente, servem à burguesia, em sua ofensiva repressiva, que pretende esmagar os levantes e impor a militarização, prevendo novos confrontos de classes.

O essencial da situação está em que as massas em luta tendem a romper a quarentena e recorrer à organização multitudinária para

(...) as massas em luta tendem a romper a quarentena e recorrer à organização multitudinária para impor suas reivindicações, apesar da paralisia e das traições da burocracia sindical e do pacifismo das direções religiosas. E mostram o artificialismo de conter a luta de classes, sob indicações de prescrições médicas e científicas, inaplicáveis na sociedade burguesa.

impor suas reivindicações, apesar da paralisia e das traições da burocracia sindical e do pacifismo das direções religiosas. E mostram o artificialismo de conter a luta de classes, sob indicações de prescrições médicas e científicas, inaplicáveis na sociedade burguesa.

Assim, se manifesta a explosão espontânea da luta de classes nos Estados Unidos, no momento em que a maior potência imperialista mergulha na recessão, destruindo milhões de empregos, e empurrando as massas à barbárie. Está aí também por que as manifestações foram respondidas por governos estaduais e municipais, desde democratas até republicanos, com a mesma receita: a repressão.

Os levantes das massas negras dos últimos anos, bem como a experiência da longa resistência dos movimentos pacifistas, põem de relevo que não há outra via para combater o racismo, senão os métodos dos levantes e insurreições. Instintivamente, essas condições são assinaladas em cada novo protesto e levante nacional das massas negras. Mas, o problema reside em que tendem a se esgotar, dentro do quadro democrático-burguês, e logo refluem, porque não conseguem se traduzir em programa das transformações revolucionárias, uma vez que não contam com o partido revolucionário do proletariado.

Opressão de classe

Qualquer crime racial cometido pelos agentes do aparelho repressivo do Estado burguês reflete a sociedade de classes. Esse é o motivo pelo qual, quanto mais avançar a desagregação econômica e mais se destruírem as condições de vida dos explorados, mais se agrava a violência racial, expressando requintes de barbárie. Descarrega-se brutalmente sobre as massas negras, que compõem o setor mais oprimido e miserável do proletariado e demais explorados.

O ponto de partida da política proletária reside em compreender que a opressão e discriminação que recai sobre o negro é uma marca distintiva do capitalismo. Veja-se o que se passa no Brasil, ou na África do Sul, onde o fim da escravidão e do Apartheid não pôs fim à opressão da minoria branca sobre a maioria

negra. A raiz da opressão dos negros não se encontra na cor da sua pele, mas no fato de constituírem um destacamento dos explorados que carregam o passado escravista, com suas profundas manifestações nas relações econômicas e sociais. De forma que se trata de esclarecer os vínculos reais entre a discriminação racial e a opressão de classe, para assim organizar os movimentos contra a discriminação, como parte da luta do proletariado pela expropriação revolucionária da burguesia, e transformação dos meios de produção em propriedade coletiva, socialista.

Programa da revolução proletária

O percurso da crise econômica nos Estados Unidos e a desagregação do regime político burguês, sem nenhuma dúvida, exporá às massas a necessidade de superar as lutas reivindicativas imediatas, e desenvolver um programa comum em defesa de suas vidas. Tais condições favorecem a tarefa da vanguarda de penetrar no movimento de negros, e ligar sua luta pelo fim da violência racial às reivindicações que unificam explorados negros e brancos contra seus opressores comuns.

Sem a unidade de negros e brancos explorados e oprimidos pela minoria capitalista branca, não é possível sequer conquistar reais direitos, que apontem no sentido da eliminação total do racis-

mo, que somente ocorrerá no socialismo. Partindo dessa premissa e das leis da revolução proletária na época de decomposição do regime capitalista, é que se forjará o partido proletário nos Estados Unidos, cuja construção e consolidação terá, sem dúvida, importância decisiva para a luta pela revolução socialista mundial.

É a convulsiva situação que exige dar passos significativos e urgentes na construção partido marxista-leninista-trotskista entre o proletariado norte-americano e as massas negras em particular. Durante esse percurso, com avanços e retrocessos, a vanguarda ver-se-á perante a necessidade de superar criticamente as experiências dos movimentos pan-africanos e dos direitos civis, que terminaram institucionalizados ou completamente impotentes para acabar com o racismo. Mas, também, com as nefastas experiências dos partidos revisionistas do marxismo-leninismo-trotskismo, que não conseguiram sentar as bases de um movimento revolucionário, alicerçado na estratégia da revolução e ditadura proletárias, e que, assim, acabaram na trincheira do reformismo. O levante motivado pelo assassinato do negro George Floyd abre caminho para a vanguarda com consciência de classe trabalhar pela construção do partido do proletariado nos Estados Unidos, e contribuir para o objetivo de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Bolívia

Inicia-se a chamada “quarentena dinâmica”, nas piores condições

Os empresários, para acumular capital; os explorados, para não morrerem de fome, ainda que corram o risco de se contagiarem com a Covid-19; o governo, para lavar as mãos, e ocultar a sua incapacidade e corrupção, fazem com que a “flexibilização” da quarentena seja irreversível.

A quarentena, em meio ao desespero da população esfomeada, já era insustentável e, na prática, não era realizada.

A quarentena, para os empresários que têm interesse no retorno à “normalidade”, para extrair a mais-valia dos trabalhadores, era inviável.

A quarentena, administrada por um governo afundado na corrupção e na incapacidade extrema, já é um crime.

A quantidade de contágios subirá rapidamente. Agora, será a lei cega da “seleção natural” (sobrevivência dos mais aptos para suportarem a pandemia, neste caso, os exploradores), que fará estragos entre os mais desprotegidos: os trabalhadores, os pobres em geral, os que têm de ganhar o pão de cada dia nas ruas, enquanto os ricos – os burgueses, os altos funcionários do governo, as camadas altas da classe média – estão bem protegidos na comodidade de suas casas, sem muita necessidade de se misturarem com o povo, e com capacidade para pagar milhares de dólares em uma clínica privada.

Quase três meses de quarentena rígida não serviram para que o governo fortalecesse o nosso raquítico sistema de saúde pública, como é a sua obrigação. Esteve muito ocupado em aprovar a lei em favor dos agroindustriais do Oriente; e seus funcionários, em roubar, aproveitando a emergência da pandemia do Covid-19.

Voltamos, os oprimidos e explorados, à “normalidade”, como o gado ao matadouro

O regime de Añez segue criminalizando a pobreza, ao mes-

mo tempo em que permite as demissões, a exposição ao risco dos trabalhadores, cujas empresas se “normalizam”, enquanto não garante medidas de segurança, nem sequer para os trabalhadores da saúde.

Até quando os oprimidos, os trabalhadores, os camponeses, os que, para viver, têm de conquistar o pão de cada dia por conta própria, vão suportar as consequências de serem governados por uma classe dominante racista, incapaz, submissa às transnacionais e super-exploradora?

JÁ BASTA!

Fora este governo da velha direita entreguista! Morte aos masistas impostores e ladrões, que agora pretendem voltar ao poder, apoiando-se no descontentamento popular! Morte à velha e à nova direita!

Não permitir que se fechem as fábricas. Ocupação operária dos centros de produção, para fazê-los funcionar com o financiamento e apoio técnico do Estado!

Não permitir demissões, diminuição de salário, soldo ou remuneração! Lutar por uma remuneração que cubra o custo de vida de uma família!

Defesa intransigente de todas as conquistas sociais, econômicas e políticas!

Estatização da saúde privada proibitiva e discriminadora das grandes maiorias!

Nacionalização das minas e do petróleo, estatização dos grandes latifúndios!

COM O POR AO SOCIALISMO

(Extraído do Jornal Massas, órgão do Partido Operário da Bolívia)

Argentina

Aproveita-se da crise sanitária para descarregar a crise econômica sobre o conjunto dos trabalhadores, aqui e no mundo

Os patrões aproveitam para demitir, suspender, reduzir salários, cortar direitos, dividir e desorganizar o movimento operário. Está em curso uma maior flexibilização das relações trabalhistas.

Pior ainda é a situação dos trabalhadores que já eram precarizados, e recebiam parte de seus salários de modo informal. Isso porque o subsídio do governo às empresas, pagando 50% dos salários, só atinge os trabalhadores com registro em carteira. E as empresas ficam livres de responsabilidade.

Mas, ainda mais grave é a situação da enorme massa de empregados informais, que girava em torno de 35% a 40%, sem nenhuma estabilidade, sem contribuição previdenciária, e sem seguro médico, assim como aqueles que vivem de bicos.

Cresce o temor entre os trabalhadores, de que a profunda recessão agrave ainda mais o desemprego, principalmente, porque as condições para resistir não são as melhores. São centenas de milhares de oficinas, comércios, empresas que estão fechando, somando-se às dezenas de milhares que já haviam fechado.

A grande maioria dos trabalhadores, registrados e informais, ativos e passivos, não tem nenhuma organização sindical que os represente, não estão organizados sequer sindicalmente.

Os explorados estão diante de um novo retrocesso físico como classe, estão perdendo centenas de milhares de empregos e direitos trabalhistas, e as condições de vida se deterioraram muito. Estão se debilitando como classe.

As direções burocráticas dos sindicatos da CGT e CTAs não organizam, nem representam o conjunto dos trabalhadores, sequer seus afiliados. Sua política de colaboração com os governos e empresários impede que os trabalhadores, no seu conjunto, possam responder como classe à catástrofe.

É necessário denunciá-las e exigir que rompam o “pacto social”, com os empresários e o governo. Começando com solidarizar-se com as lutas que estão ocorrendo, coordenando-as, propondo respostas coletivas, de conjunto, como classe. Mas, repetimos, não farão por vontade própria, é preciso impor-lhes outra política.

Estão submetidos e associados ao governo. Alberto Fernández governa para a grande burguesia, que continua recebendo subsídios e proteção para demitir, suspender ou arrancar os direitos. O governo não está disposto a enfrentá-los, sabendo, com nome e sobrenome, quem são os que saquearam o país, os que evadiram as divisas e provocaram o desastre. Além disso, para atendê-los, se compromete a pagar a dívida externa. Em meio à pandemia, escolhe preservar esses interesses: dos bancos, exportadores, latifundiários, petroleiras, etc., enquanto esmagam as condições de vida da grande maioria. Não é verdade que “governa para todos”. Essa é a mensagem para esconder que o poder econômico é intocável, e que após cada crise, saem mais enriquecidos.

É falso que esteja privilegiando a vida acima da economia. Privilegiam-se os grandes interesses. Não há forma de defender a vida e o trabalho se não se enfrentam esses setores. Daí devem sair

todos os recursos para reconstruir a economia e a vida da maioria. Pode ver-se claramente que a política para os aposentados é de ajuste, e não de reposição daquilo que perderam nos últimos anos, mantê-los no nível de miséria. A mesma coisa ocorre com o salário mínimo.

Sabia-se perfeitamente que, quando o vírus chegasse aos bairros mais pobres, nas favelas e assentamentos, se propagaria muito mais rapidamente. Os governos querem parecer assombrados, diante do crescimento exponencial dos contágios nas favelas da Cidade de Buenos Aires e da Grande Buenos Aires, mas, era absolutamente previsível. Onde falta água potável, sabão, comida e trabalho, ali onde abundam doenças, e vive-se na maior aglomeração, o vírus se reproduziria muito facilmente. Havia que começar por aí. Defender a vida é defender todas as condições de saúde, educação, alimentação, moradia e trabalho para todos. Agora, diante do estouro, a primeira resposta foi fechar os bairros com a polícia.

A forte presença militar e de policiais nas ruas e bairros é um fato de grande importância, que se agrega ao temor de se contaminar, perder o emprego, não ter o que comer, e o temor da repressão. Os casos de repressão contra os mais pobres são denunciados em todo o país – não são excessos –, foi dado um enorme poder de intervenção, que é cumprido.

Qual é o caminho para novamente se levantar?

O fato de que uma importante parcela dos trabalhadores não tenha sido incluída nas atividades essenciais fez com que ficasse fora do circuito produtivo, isolada, sem possibilidade de reunião e encontros, debilitando-se, mais ainda, nesse momento, de avanço da reação. Uma vez que os patrões têm liberdade de organizar os turnos e horários diferenciados para aqueles que se incorporam na produção, altera-se a forma habitual dos relacionamentos.

É necessário confiar em nossas próprias forças e nos métodos próprios de luta. A ação direta é a única forma de defender os direitos, de lutar pelas condições de vida. Não aos pactos sociais, não às concertações com empresários.

É necessário enfatizar a importância das assembleias, dos delegados sindicais, das reuniões e plenárias, da formação de comitês de base, para impulsionar a organização e a luta.

É importante conseguir a unidade desde a base, dos sindicatos e das lutas (sejam quais forem as direções), avançar na coordenação, na solidariedade, por zonas, por regiões. Existe vontade de luta e resistência, como foi demonstrada pelos mineiros de Andacollo, do Frigorífico Penta, os trabalhadores de COTO, da saúde, dos docentes, e tantos outros que ganharam o apoio de outros setores. Preparar-se para romper a passividade, que impuseram as direções burocráticas. O ativismo mais consciente tem uma grande responsabilidade neste ponto.

Elaborar uma plataforma de reivindicações, que dê resposta aos problemas sanitários, econômicos, sociais e nacionais, abrindo

um debate em torno a essas questões. O mais urgente hoje é defender os empregos e lutar por trabalho a todos. Defender o salário e a aposentadoria, que tem de cobrir o custo de vida. Impedir o avanço da precarização trabalhista. Debater um plano de emergência que dê saída à catástrofe.

O sistema de saúde deve ser único, estatal, gratuito, universal, concentrando recursos para enfrentar a dramática situação. Acabar com toda forma privada de sanatórios, clínicas, convênios, obras sociais, laboratórios. Esse é o caminho para tornar realidade que a saúde e a vida estejam em primeiro plano, a todos!

As dívidas interna e externa devem ser desconhecidas, os bancos privados, expropriados e incorporados a um sistema único, estatal, sob controle operário coletivo. O comércio exterior deve

ser estatizado. O país deve conseguir sua soberania energética e mineradora, expropriando as multinacionais.

A classe operária deve se organizar, não só pelas suas reivindicações imediatas, mas tem a obrigação de colocar uma alternativa política para o conjunto da sociedade, porque não está amarrada à propriedade privada dos meios de produção, aos bancos, aos latifundiários, às multinacionais, que são os responsáveis por levar o País a esse desastre.

Somente a classe operária pode deter o caminho da barbárie, criada pelo capitalismo. Somente a classe operária pode defender a vida, por meio de sua política revolucionária de derrubada dos governos burgueses e a instauração do governo operário-camponês.

Argentina

A repressão em época de quarentena

A repressão do Estado não dá trégua. Em todo o país, se registram fatos de violência institucional.

Os bairros mais pobres são os que mais sofrem a prepotência das forças repressivas do Estado. Vemos policiais nos bairros operários, atacando os garotos por se aglomerarem nas esquinas, da mesma forma que se prendem trabalhadores, que saem a lutar para defender seus empregos e salários, ou para conseguir uns trocados para sobreviver. Há casos mais contundentes, ainda da ação policial.

Em Tucumán, Luis Espinosa foi ferido e detido pela polícia. Seu corpo apareceu em Catamarca, uma semana depois. Seu corpo pôde ser encontrado, porque os dois policiais foram identificados, e acabaram confessando o lugar onde despejaram Luis.

Em Santiago del Estero, Mauro Coronel foi detido e torturado, morreu no hospital Ramón Carrillo.

Em Salta, um jovem, que estava em sua moto sem máscara, foi brutalmente atacado pela polícia com balas de borracha. Perdeu um olho, e o outro está muito comprometido. Uma semana antes, a polícia, a poucos quilômetros de Tartagal, reprimiu e despejou moradores indígenas.

Em Buenos Aires, no distrito de San Martín, em José León Suarez, a infantaria da polícia, sem ordem de despejo, destruiu dois barracos, e despejou seus ocupantes, no bairro 13 de julho.

Em Rio Negro, a Lof Lafken Winkul Mapu (comunidade Mapuche), perto do lago Mascaradi, foi agredida com disparos, numa tentativa de invasão das moradias. É a mesma Lof onde assassinaram Rafael Nahuel.

Em Neuquén, no melhor estilo do serviço Berni, quando se infiltrou nas minas de carvão de Rio Turbio, quando era jovem, a polícia ressuscitou o “Projeto X”, infiltrando nas minas de Andacollo. O informe vazou, criando um grande rebulição. Não satisfeitos com a espionagem, invadiram as casas dos mineiros. A espionagem também foi realizada contra os trabalhadores do Inti.

Agora, o governo pretende monitorar nossos movimentos, mediante os nossos celulares.

Em Buenos Aires, o bairro Villa Azul de Quilmes foi sitiado pela polícia, e pode ser isolado por quinze dias. Os vizinhos começam a se organizar para poder aguentar o cerco.

Estima-se que, no mundo, até final de ano, serão milhões de novos desempregados. Isso vai desencadear uma onda de lutas para deter esse flagelo. Diante de milhões de trabalhadores, na

miséria mais absoluta, em meio à maior crise econômica do último século, a burguesia utilizará todos os meios para conter os famintos. Não podemos permitir que continuem nos perseguindo, matando e processando.

Os trabalhadores têm de sair da quarentena organizados. Têm de avançar nossa organização, para enfrentar a repressão do governo, perseguição aos sindicatos, prepotência patronal e traidora burocracia sindical.

A concentração da economia nas mãos de poucos, o desemprego, flexibilização trabalhista e trabalho precário serão moeda corrente. O que nos estão tirando, vamos recuperar com organização e luta.

Sob o governo de Macri, o POR denunciou que o regime avançava aceleradamente para uma ditadura civil. Que somente não foi mais a fundo devido à ação das massas.

O governo de Fernández é incapaz de reverter essa tendência. Guarda um silêncio cúmplice, diante da ação das forças repressivas. Esforçou-se para apresentá-las como “renovadas e democráticas”. A realidade é que a crise e o ajuste em curso no país, e em todo o mundo, exigem o recrudescimento da vigilância e repressão às massas, revelando que, por trás das “democracias”, se esconde a ditadura do capital.

É imprescindível organizar-se desde as bases e preparar a autodefesa, para enfrentar as tendências autoritárias e repressivas do regime.

Exigimos o desmantelamento do aparato repressivo. Apesar dos discursos sobre a transparência dos órgãos de inteligência, estes continuam agindo. Devemos impedir qualquer operação de inteligência sobre os partidos e os movimentos sociais e sindicais. Sua existência é uma amostra da continuidade da ditadura civil.

Não basta punir os repressores que cometeram abusos repressivos de toda índole, devem destituir seus superiores, devem destituir os políticos responsáveis por essas forças.

Todo o ativismo dos direitos humanos, assim como das organizações que se reivindicam do movimento operário e dos oprimidos, devem estar atentos, porque os fatos repressivos têm alcance nacional, e os grandes meios de comunicação os ocultam. Devem multiplicar-se as denúncias e as respostas para deter a intimidação e ameaça contra nossas lutas.

(Extraído do Jornal Massas, nº 371, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Aprovada a “lei de segurança nacional” para Hong Kong

Somente o proletariado pode abrir uma via revolucionária à crise

Em 28 de maio, a 13ª Assembleia Popular Nacional (APN) da China aprovou um projeto de lei que pretende proibir os protestos “pró-democracia” de Hong Kong. Com 2.878 votos a favor, 1 contra e 6 abstenções, autorizou-se à Comissão Jurídica elaborar a legislação, que deverá ser ratificada ou modificada pelo Comitê Permanente da ANP.

O projeto propõe proibir “qualquer ato de traição, separação, rebelião, subversão contra o Governo Popular Central, roubo de segredos de Estado, organização de atividades em Hong Kong por organizações políticas estrangeiras, e o estabelecimento de laços com organizações políticas estrangeiras por organizações políticas de Hong Kong”. A lei se incorporaria à Constituição da Ilha (“Lei Básica”), sem ter de submeter sua aprovação ao Conselho Legislativo (Parlamento de Hong Kong).

Essa imposição ditatorial visa a impedir que a oposição burguesa possa barrá-la no Conselho Legislativo, apoiada em massivas mobilizações populares. É o que se passou em julho do ano passado, quando mais de dois milhões de manifestantes enfrentaram a repressão, e viram-se apoiados por filiais de bancos e empresas multinacionais, que fizeram um lock-out patronal, obrigando o presidente do governo semi-autônomo, Carrie Lam, a retirar o projeto de lei de extradição de perseguidos políticos e “criminosos”, procurados pelo governo chinês. Recorde-se que, em 2003, houve a tentativa de impor uma lei “anti-subversão”, engavetada após massivas e radicalizadas manifestações.

O regime aproveita-se, agora, da desmobilização, produto da política de isolamento social pela pandemia do Covid-19, para retomar a ofensiva. Desta vez, a lei, não apenas não será submetida ao Conselho Legislativo, como foi ampliada quanto à caracterização dos crimes.

Esse passo à centralização ditatorial da “Região Administrativa Especial de Hong Kong” expõe, à luz do dia, o esgotamento histórico do acordo de “reintegração” de Hong Kong à soberania chinesa, preservando um sistema político, social, administrativo e jurídico semi-autônomo, conhecido como “um país, dois sistemas”. Na atual conjuntura, marcada pelo agravamento da guerra comercial com os Estados Unidos, a sobrevivência das relações e da grande propriedade privada burguesas, dominantes na ilha, favorecem as manobras do imperialismo para atacar o governo chinês. Eis por que a “lei de segurança” do regime burocrático objetiva conter as forças econômicas, sociais e políticas internas, sobre as quais opera o imperialismo, em defesa dos seus interesses mais gerais.

Nas últimas semanas, montou-se uma ofensiva mundial do imperialismo, para que a OMC, ONU e outras organizações imponham novas sanções à China. Não por acaso, um dia depois de aprovada a “lei de segurança nacional”, Trump anunciou que os Estados Unidos suprimiriam as relações comerciais preferenciais concedidas a Hong Kong, uma vez que não iria reconhecer qualquer mudança na situação jurídica e civil do território. Segundo o Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Robert O'Brien, a aplicação da lei “provocaria a desestabilização regional”.

Na base desse percurso, acha-se a crise de superprodução, que decorre do choque entre o elevado desenvolvimento das forças produtivas com a grande propriedade privada monopolista e as fronteiras nacionais. Já não é suficiente ao imperialismo que a burocracia abra a China aos negócios monopolistas. Agora, deve também romper com os fundamentos da economia e do comércio exterior centralizados, permitindo aos monopólios agirem livremente

para equacionar a lei tendencial da queda da taxa dos lucros.

São essas leis do capitalismo em desagregação que se refletem como esgotamento do atual estágio da restauração capitalista, e que se manifestam na crise política de Hong Kong, como choques entre o movimento pelas liberdades burguesas, voltadas à plena restauração capitalista, com o regime de ditadura burocrática do PCCH.

Mas, são os interesses da burocracia em impulsionar a penetração dos monopólios sob seu controle, mantendo assim seu poder de casta social degenerada, que impedem ao PCCH responder aos ataques com o programa da expropriação revolucionária da grande propriedade capitalista presente na ilha, destruindo assim as bases econômicas e sociais das manobras imperialistas.

Ausente o proletariado organizado como classe independente, o movimento democratizante acaba servindo ao imperialismo, para operar politicamente dentro das fronteiras chinesas. E dependendo do curso da guerra comercial, o atual conflito poderá chegar a desembocar em um choque mais violento entre ambos os Estados. É nesse quadro que a sobrevivência do movimento e do especial status jurídico e político de Hong Kong daria aos EUA uma base de apoio a suas manobras de desestabilização do governo chinês, bem como às pressões e medidas intervencionistas.

Hong Kong esteve sob o domínio inglês desde a Guerra do Ópio, travada entre 1839 e 1842, foi ocupada pelos japoneses durante a Segunda Guerra Mundial, depois retomada pelos ingleses e, finalmente, devolvida à China por intermédio de um acordo, assinado em 1997, de garantia da conservação de certa autonomia – uma garantia aos interesses do capital comercial e financeiro. Cerca de 95% da população é formada por chineses. Os Estados Unidos estenderam sua influência sobre a Ilha no pós-guerra. O processo de restauração capitalista na China, impulsionado já nos anos de 1970, favoreceu a retomada de Hong Kong, que se constituiu em um importante centro financeiro. O presente conflito indica que a China não tem como garantir a semi-autonomia. E os Estados Unidos reagem ao fortalecimento chinês no Oriente e no restante do mundo. Nota-se, portanto, que Hong Kong se tornou um ponto de disputa da guerra comercial e do domínio estratégico regional. São muitas as contradições. Em síntese, de um lado, está posta a luta contra a burocracia ditatorial chinesa; de outro, contra a dominação imperialista. O problema da independência do movimento democrático de massas diz respeito à ausência de uma direção revolucionária.

Está aí manifesta a gravidade da crise de direção do proletariado chinês. Sem seu partido, marxista-leninista-trotskista, o proletariado não tem como orientar e dirigir a luta democrática das massas oprimidas, utilizada pelo imperialismo, contra a ditadura burocrática, sob o programa da democracia operária, de derrocada revolucionária da burocracia estalinista e da conquista do poder do Estado e direção da economia. Por sua vez, a desagregação do capitalismo mundial e as tendências intervencionistas do imperialismo mostram a urgência da classe operária mundial avançar na reconstrução do seu Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Só a convergência da luta do proletariado chinês com a da vanguarda mundial marxista-leninista-trotskista poderá derrotar o intervencionismo imperialista, preservar as conquistas revolucionárias mundiais, e retomar a transição ao socialismo, que o estalinismo contrarrevolucionário, sob a demagogia de construir o “socialismo em um só país”, traiu e abandonou.



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal Massas, nº 610, expusemos a posição confiante de Lênin sobre a capacidade da classe operária controlar a produção e a distribuição, pondo em marcha os primeiros passos da construção socialista. Nesse mesmo sentido, relatamos a luta de Lênin para pôr em pé o Estado operário e, conseqüentemente, colocar para os explorados a tarefa de constituir a ditadura do proletariado.

Na sequência desses acontecimentos, realizou-se, em janeiro de 1918, o III Congresso dos Sovietes de Deputados Operários, Soldados e Camponeses de Toda a Rússia, em Petrogrado. Participaram 317 soviets, 110 comitês do exército e outras organizações militares. No início de seus trabalhos, contavam-se 707 delegados, entre eles 441 bolcheviques. Logo mais, foram recebidos delegados do III Congresso de Sovietes de Deputados Camponeses de Toda a Rússia. No final, o congresso estava composto de 1.587 delegados. A mesa foi constituída por 10 bolcheviques, 3 socialistas revolucionários de esquerda, e um representando os socialistas de direita e mencheviques. Como convidados, participaram membros do Partido Socialdemocrata da Suíça, Romênia, Suécia e Noruega, bem como o Partido Socialista Britânico, e o Partido Socialista Operário dos Estados Unidos. O socialista John Reed, jornalista de relatou os momentos decisivos da revolução, refletidos na obra “Os 10 dias que abalaram o mundo”, saudou o III Congresso dos Sovietes. Esse fato indicou os reflexos internacionais da tomada do poder pelos bolcheviques.

Depois do informe de I. M. Sverdlov, encarregado de apresentar as atividades do Comitê Executivo Central (CEC) de toda a Rússia, Lênin dissertou sobre os trabalhos do Conselho de Comissários do Povo (CCP). As críticas partiram dos mencheviques e socialistas de direita. Os informes do CEC e do CCP foram aprovados por ampla maioria. O Congresso se encarregou da Declaração dos direitos do povo trabalhador e explorado, apresentada por Lênin. Os opositores foram amplamente rechaçados. As discussões se deram em torno à questão das nacionalidades, do sistema federativo das repúblicas soviéticas, da paz e lei sobre a socialização da terra. Foi eleito o novo CEC de toda a Rússia, com a seguinte composição: 160 bolcheviques, 125 socialistas de esquerda, 2 socialdemocratas internacionalistas, 3 anarquistas, 7 socialistas revolucionários maximalistas, 7 socialistas revolucionários de direita e 2 mencheviques.

Reproduzimos em detalhe essas informações, devido à importância histórica do III Congresso dos Sovietes de Deputados operários, soldados e camponeses de toda a Rússia. Nele, se formalizou a fundação da República Socialista, sob a forma de uma federação de repúblicas soviéticas. Eis por que a “Declaração dos direitos do povo trabalhador e explorado” serviu

de fundamento para a posterior aprovação da Constituição do Estado soviético.

Destacamos algumas passagens do discurso de Lênin de encerramento do congresso, em 18 de janeiro. “*Camaradas: antes do encerramento do III Congresso dos Sovietes, devemos afirmar com toda a imparcialidade o papel histórico que desempenha este Congresso na histórica da revolução internacional, na história da humanidade. Pode dizer-se, com incontestável fundamento, que o III Congresso dos Sovietes abre uma nova época da história mundial, e que cresce a consciência de seu significado nestes tempos de revolução mundial. Este Congresso consolidou a organização do novo poder estatal criado pela Revolução de Outubro, e marcou o caminho da futura construção socialista para todo o mundo, para os trabalhadores de todos os países*”.

“*Aqui, na Rússia, na esfera da política interna, está definitivamente reconhecido o novo sistema da República Socialista Soviética, como federação de repúblicas livres das diferentes nações que povoam a Rússia. E, agora, é evidente para todos, e estou seguro, que até para nossos inimigos, que o novo sistema, o poder dos soviets, não é uma invenção, nem uma manipulação do partido, mas sim o resultado do desenvolvimento da própria vida, o resultado da revolução mundial, que está tomando forma espontaneamente. Recordem que todas as grandes revoluções tenderam, invariavelmente, a destruir, até os alicerces, o velho sistema capitalista, e não somente tenderam a conquistar direitos políticos, mas também arrancar a própria direção do Estado das mãos da classe dominante, de todos os exploradores e opressores dos trabalhadores, para pôr fim para sempre a toda exploração e opressão. As grandes revoluções aspiram destruir o velho aparato estatal explorador, mas isso até agora não foi conseguido. A Rússia, em virtude das particularidades de sua situação econômica e política, foi a primeira em conseguir a passagem do poder estatal para as mãos dos próprios trabalhadores. Agora, sobre um caminho cheio de obstáculos históricos, construímos o sólido e luminoso edifício da sociedade socialista. Pela primeira vez na história, se criou um novo tipo de poder estatal, destinado, pela vontade da revolução, a eliminar do mundo a exploração, a opressão e a escravidão*”.

Dois aspectos se ressaltam no III Congresso dos Sovietes. Primeiro, quanto à representação partidária. A democracia soviética expressou as forças políticas que, de uma maneira ou de outra, guardavam relações com o proletariado e camponeses. A constituição do novo CEC deu a dimensão da importância da presença de posições contrárias ao bolchevismo, mas que se identificaram com o processo geral da revolução. Os bolcheviques puderam rechaçar as críticas pequeno-burguesas e pró-burguesas, por meio da autoridade política e da democracia proletária. Segundo, as resoluções que estabeleceram os fundamentos iniciais do Estado operário e das transformações socialistas.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXVIII)

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org